



*Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060*

## GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

### POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL

**Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060**

### **EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2019 PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

O Distrito Federal, por meio da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, mediante as condições estabelecidas neste Edital, de acordo com o regulamentado pela Lei n.º 10.520/2002, Decreto Federal nº 5.450/2005, Decretos Distritais nº 25.966/2005, nº 26.851/2006, nº 33.598/2012 e nº 35.592/2014, e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/1993 e alterações subsequentes, observando a Lei Complementar nº 123/2006, Lei Distrital nº 4.611/2011 e Decreto Distrital nº 35.592/2014, além de outras normas aplicáveis ao objeto deste certame.

A Sessão Pública do Pregão Eletrônico será conduzida por policial militar, designado Pregoeiro, mediante a Portaria de 09 de Abril de 2019, publicada no DODF nº 76, de 24 de abril de 2019, p. 14 e, será realizada por meio de Sistema Eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), de acordo com a indicação abaixo:

Processo nº 054.002.495/2017

Tipo de licitação: Menor Preço

Data de abertura: **29/08/2019**

Horário: **13h30min** (horário de Brasília/DF)

Endereço Eletrônico: [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br)

Código UASG: 926016

Elemento de despesa: 3.3.90.39

Recurso Orçamentário: Fonte 100 FCDF, Função 28, Programa 845, Subprograma 0903.

Valor previsto para contratação: **R\$ 102.512,40**

#### **I. DO OBJETO**

1.1. Contratação de empresa especializada para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade (PGRS), conforme especificações e condições estabelecidas no termo de referência constante do Anexo I deste Edital.

#### **II. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS**

2.1. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico, no endereço [dalf.licitacao@pm.df.gov.br](mailto:dalf.licitacao@pm.df.gov.br) e [splpmdf@gmail.com](mailto:splpmdf@gmail.com).

2.2. Até dois dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá **impugnar** o ato convocatório deste pregão, na forma eletrônica, pelo endereço [dalf.licitacao@pm.df.gov.br](mailto:dalf.licitacao@pm.df.gov.br) e [splpmdf@gmail.com](mailto:splpmdf@gmail.com).

2.3. Caberá ao pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do Termo de Referência integrante do edital, decidir sobre a impugnação no prazo de até 24h (vinte e quatro horas), e, neste mesmo prazo prestar os esclarecimentos requeridos.

2.4. Acolhida à impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação das propostas.

2.5. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no sistema eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) para os interessados.

### III. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão:

3.1.1. Empresário individual ou sociedade empresária do ramo de atividade do objeto desta licitação, que atenda a todas as condições estabelecidas neste edital e seus anexos.

3.1.1.1. As microempresas e empresas de pequeno porte poderão se beneficiar do tratamento diferenciado e favorecido em licitações, previsto na Lei Complementar nº 123/2006, desde que não se enquadrem em qualquer das exclusões relacionadas no § 4º, art. 3º da referida Lei.

3.1.2. Que estejam **credenciados** perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br);

3.2. A simples participação na licitação importa total, irrestrita e irretratável submissão dos proponentes às condições deste Edital.

3.3. Não poderão participar deste Pregão, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do serviço e do fornecimento de bens a eles necessários:

3.3.1. Pessoas jurídicas integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.3.2. Pessoas jurídicas, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou termo de referência ou projeto executivo ou da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto ou controlador, responsável técnico ou subcontratado.

3.3.3. Pessoa jurídica declarada INIDÔNEA para licitar ou contratar com a Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual, Municipal e Distrital, bem como a que esteja punida com SUSPENSÃO do direito de licitar ou contratar no âmbito da Administração do Distrito Federal, nos termos do inciso III do art. 87 da Lei 8666/1993 (Parecer Jurídico SEI-GDF nº 373/2018 - PGDF/GAB/PRCON e Art. 2º, inciso III, do Decreto Distrital nº 26.851/2006) e Parecer nº 618/2018- PGCONS/PGDF;

3.3.4. Pessoa Jurídica IMPEDIDA de licitar e contratar com a União, Estados, o Distrito Federal e/ou os Municípios, de que trata o art. 7º da Lei 10.520/2002.

3.3.5. Pessoa jurídica estrangeira não autorizada a funcionar no País;

3.3.6. Pessoa jurídica que se encontre em processo de dissolução, recuperação judicial ou extrajudicial, falência, concordata, concurso de credores, liquidação, fusão, cisão, ou incorporação;

3.3.7. Consórcio de empresas qualquer que seja sua forma de constituição, pois não há complexidade no objeto e pessoas físicas não empresárias.

3.3.8. Pessoa jurídica cujo dirigente, administrador, proprietário ou sócio com poder de direção seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o segundo grau, de:

I - agente público com cargo em comissão ou função de confiança que esteja lotado na unidade responsável pela realização da seleção ou licitação promovida pelo órgão ou entidade da administração pública distrital; ou

II - agente público cuja posição no órgão ou entidade da administração pública distrital seja hierarquicamente superior ao chefe da unidade responsável pela realização da seleção ou licitação, conforme art. 8º do Decreto Distrital nº 37.853/2016.

3.3.9. Direta ou indiretamente o servidor ou dirigente que integre a Polícia Militar do Distrito Federal ou responsável pela licitação.

3.3.10. Considera-se participação indireta a existência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista do autor do termo de referência ou projeto, pessoa física ou jurídica e do pregoeiro e de sua equipe de apoio com a licitante ou responsável pelo fornecimento de bens e serviços a estes necessários.

3.3.11. O autor do termo de referência, do projeto básico ou executivo, pessoa física ou jurídica.

3.3.12. Pessoa jurídica que utilize mão de obra infantil em qualquer fase produtiva do bem ou na prestação do serviço (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013).

**3.3.13. Tendo em vista a necessidade de compatibilização e uniformidade dos itens que compõem a presente licitação, não haverá cota reservada para as entidades preferenciais, prevista no art. 26 da Lei Distrital nº 4.611/2011, por ensejar prejuízo para o conjunto ou complexo do objeto.**

#### IV. DO CREDENCIAMENTO

4.1. Os interessados em participar deste Pregão deverão credenciar-se, previamente, perante o sistema eletrônico provido pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SLTI), por meio do sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).

4.2. Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados deverão dispor de **chave de identificação e senha pessoal**, obtidas junto à SLTI, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.

4.3. O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou a PMDF responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4.4. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão na forma eletrônica.

4.5. Caberá a licitante comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

4.6. A representação do licitante far-se-á por meio de **instrumento particular e/ou público de procuração** com firma reconhecida em cartório, que comprove os necessários poderes para praticar todos os atos inerentes ao certame em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do estatuto ou contrato social, ou instrumento específico no qual estejam expressos seus poderes para exercer e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

4.7. A chave de identificação e a senha terão validades indeterminadas e poderão ser utilizadas em qualquer Pregão Eletrônico realizado no *comprasgovernamentais*, salvo quando cancelada por solicitação do credenciado ou em virtude de seu descadastramento perante o SICAF.

4.8. Nenhuma pessoa física ou jurídica, ainda que credenciada por procuração legal, poderá representar mais de uma Licitante.

#### V. DA PROPOSTA

5.1. A licitante deverá encaminhar proposta, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, até a data e horário, marcados para abertura da sessão, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas, devendo declarar em campo próprio no sistema:

5.1.1. O **preço unitário e total para cada subitem que compõe o item cotado, especificados no quadro constante do item 4.2.4 do Anexo I deste Edital, bem como o valor global da proposta**, expresso em algarismo e por extenso, em moeda nacional, que deverão incluir todos os tributos, taxas, materiais para execução dos serviços, encargos sociais, frete, seguro e quaisquer outras despesas que incidam sobre o objeto deste Pregão.

5.1.2. A descrição detalhada do serviço e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no *comprasgovernamentais* e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas.

5.1.3. Que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste edital (ANEXO V).

5.1.4. Que cumpre os requisitos legais para a qualificação como **microempresa ou empresa de pequeno porte e que está apta a usufruir do tratamento favorecido**, nas condições do Estatuto Nacional da ME e da EPP, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que não se enquadra nas situações relacionadas no § 4º do referido artigo, para fazer jus aos benefícios previstos nessa lei (Exigida somente para licitante enquadrada como ME ou EPP- ANEXO III).

- 5.2. As licitantes arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.
- 5.3. Os preços oferecidos devem estar compatíveis com os praticados no mercado.
- 5.4. O preço será fixo e irrevogável, ressalvado o disposto no item 14.11.
- 5.5. **A validade da proposta** não poderá ser inferior a **60 (sessenta) dias**, contados da sua apresentação.
- 5.6. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta, ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, sujeitará a licitante às sanções previstas neste edital.
- 5.7. A licitante deverá obedecer, rigorosamente, aos termos deste Edital e seus Anexos.
- 5.8. As propostas ficarão disponíveis no sistema eletrônico.
- 5.9. Qualquer elemento que possa identificar a licitante importa desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas nesse edital.
- 5.10. Até a abertura da sessão, a licitante poderá retirar ou substituir a proposta anteriormente encaminhada.
- 5.11. Depois da abertura da sessão não serão admitidas alterações nas propostas apresentadas, ressalvadas apenas a redução do preço proposto e aquelas alterações destinadas a sanar evidentes erros formais.

## **VI. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

- 6.1. No dia e horário, indicados no preâmbulo deste Edital, no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), será realizada a abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo Pregoeiro.
- 6.2. Durante a sessão, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.
- 6.3. Incumbirá a Licitante acompanhar as operações no Sistema Eletrônico durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo Sistema ou de sua desconexão.
- 6.4. A Licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta de preços e lances inseridos em sessão pública.

## **VII. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

- 7.1. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- 7.2. Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

## **VIII. DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

- 8.1. Iniciada a fase competitiva, as licitantes que tiveram suas propostas classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico e serão imediatamente informadas do recebimento e do valor consignado no registro de cada lance.
- 8.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 8.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação do ofertante.
- 8.4. Em caso de empate, prevalecerá o lance recebido e registrado primeiro.
- 8.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.
- 8.6. No caso de desconexão do pregoeiro, no decorrer da etapa de lances, se o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7. Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão do Pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br).
- 8.8. O encerramento da etapa de lances será decidido pelo Pregoeiro, que informará, com antecedência de 1 a 60 minutos, o prazo para início do tempo de iminência.
- 8.9. Decorrido o prazo fixado pelo Pregoeiro, o sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até 30 minutos, aleatoriamente determinado pelo

sistema findo qual será automaticamente encerrada a fase de lances.

8.9.1. Encerrada a fase de lances, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à compatibilidade de preço em relação ao estimado para a contratação e verificará a habilitação do licitante conforme Título XI deste edital. Se considerar determinada proposta inexecutável, o pregoeiro oportunizará ao licitante demonstrar a exequibilidade de proposta.

8.10. Será assegurada, como critério de desempate, a preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006.

8.11. Ultrapassada a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte, e houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte, na situação de empate, assim considerada(s) aquela(s) que seja(m) iguais ou até 5% (cinco por cento) superior(es) à proposta mais bem classificada, proceder-se-á da seguinte forma:

8.11.1. A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior à da licitante mais bem classificada, no prazo de 5 (cinco) minutos, e, se atendidas as exigências deste edital, será adjudicado em seu favor o objeto licitado.

8.11.2. Não sendo contratada a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, e havendo outras licitantes que porventura se enquadrem na condição de empate, estas serão convocadas, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

8.11.3. A convocada que não apresentar proposta dentro do prazo de 5 (cinco) minutos, controlados pelo Sistema, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.11.4. Na hipótese de não contratação nos termos previstos neste item, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

## IX. DA NEGOCIAÇÃO

9.1. Após o encerramento da etapa de lances o Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação.

9.1.1. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

## X. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

10.1. A licitante classificada em primeiro lugar deverá encaminhar, no prazo de 02 (duas) horas, contados da solicitação do Pregoeiro, por meio da opção **"Enviar Anexo"** do sistema *comprasgovernamentais*, em arquivo único, a proposta de preços adequada ao último lance ou valor negociado e demais documentos e comprovações solicitados em anexo.

10.1.1. O pregoeiro poderá solicitar os originais ou cópias autenticadas da proposta inserida no sistema e da documentação exigida no Edital, quando necessário. Neste caso, os documentos deverão ser encaminhados em envelope fechado e identificado o nº do pregão, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo da Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, localizada no Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, AE 04, Edifício Anexo do Quartel do Comando Geral, Térreo, CEP 70.610-200, Brasília/DF, Telefone: (61) 3190-5557 e 3190-5559.

10.1.2. A proposta inserida no sistema deverá conter:

a) Ser impressa em língua oficial do Brasil, salvo quanto a expressões técnicas de uso corrente, redigida com clareza, sem emendas, rasuras, acréscimos ou entrelinhas devidamente datada e assinada pelo representante legal da pessoa jurídica, conter nome da proponente, endereço completo, telefone, número do CNPJ e da inscrição estadual ou do Distrito Federal;

b) O valor unitário e total para cada item cotado, em moeda nacional, já considerados e inclusos todos os custos necessários, tais como: BDI e encargos sociais, impostos, taxas, tributos e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação, para execução no local indicado neste edital, nada mais sendo lícito pleitear a esse título;

c) As especificações dos serviços de forma a demonstrar que atendem as exigidas no Termo de Referência constante do Anexo I deste edital, e, em caso de discordância existente entre as especificações do objeto descritas no *comprasgovernamentais* e as constantes deste edital, prevalecerão estas últimas;

d) O prazo de validade da proposta que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados da data prevista para abertura da licitação.

10.1.2.1. Caso os prazos definidos neste edital não estejam expressamente indicados na proposta e não constar o registro de prazos divergentes dos estabelecidos, eles serão considerados como aceitos pela licitante, ficando esta obrigada ao cumprimento dos mesmos.

10.2. A licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a proposta e documentação solicitadas, terá sua proposta desclassificada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

10.3. O Pregoeiro examinará a proposta mais bem classificada quanto à compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado, à conformidade com as especificações técnicas do objeto licitado e com os requisitos estabelecidos neste edital e seus anexos, devendo ser desclassificada de forma motivada a que estiver em desacordo.

10.3.1. Para o julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de **menor preço global**, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade e demais condições estabelecidas neste Edital.

10.3.2. O Pregoeiro poderá suspender a sessão para solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro de pessoal da PMDF ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.3.3. Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.3.4. Não se admitirá proposta que apresente valores simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da licitante, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade de remuneração.

10.3.5. Será desclassificada a proposta que contenha preço manifestamente inexequível, assim considerado aquele que seja inferior ao custo de produção, acrescido dos encargos legais, desde que a licitante, depois de convocada, não tenha demonstrado a exequibilidade do preço ofertado.

10.3.6. Não serão adjudicados os itens para os quais, após a negociação com os fornecedores, sejam apresentadas propostas finais com valores superiores aos respectivos valores estimados pela Administração.

## **XI. DA HABILITAÇÃO**

### **11.1. DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO:**

#### **11.1.1. Comprovação da Habilitação Jurídica:**

- a) Registro comercial, arquivado na Junta Comercial respectiva, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

#### **11.1.2. Regularidade Fiscal e Trabalhista:**

- a) Comprovante de Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e, também, de Cadastro de Contribuinte Estadual e Municipal ou do Distrito Federal da sede ou domicílio da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação;
- b) Prova de regularidade para com as Fazendas Estadual e Municipal ou Distrital, do domicílio ou sede da licitante.
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- d) Para as empresas com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br). (inteligência do art. 173, da LODF)

e) Certidão de Regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

f) Certificado de Regularidade perante o FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal.

g) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT. (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

#### 11.1.3. Qualificação Técnica (de acordo com o item 12.1 do Projeto Básico):

a) Atestado de capacidade técnico-profissional devidamente registrado no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por esse Conselho, que comprove ter o profissional executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas compatíveis às do objeto da presente licitação.

#### 11.1.4. Qualificação Econômico-Financeira:

a) Certidão Negativa de falência, de concordata, de recuperação judicial ou extrajudicial (Lei nº 11.101, de 9/2/2005), expedida pelo distribuidor da sede da empresa, datado dos últimos **90** (noventa) dias a contar da data prevista para abertura do pregão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria Certidão. No caso de praças com mais de um cartório distribuidor, deverão ser apresentadas as certidões de cada um dos distribuidores.

b) Balanço Patrimonial e demais demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentadas na forma da Lei devidamente registrados, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

b.1) as empresas constituídas no ano em curso poderão substituir o balanço anual por balanço de abertura, devidamente autenticado pela Junta Comercial;

b.2) a boa situação financeira da empresa será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG) e Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das seguintes fórmulas:

LG	=	ATIVO CIRCULANTE + REALIZÁVEL A LONGO PRAZO
		PASSIVO CIRCULANTE + EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

LC	=	ATIVO CIRCULANTE
		PASSIVO CIRCULANTE

SG	=	ATIVO TOTAL
		PASSIVO CIRCULANTE+ EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

b.3) As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices acima, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

#### 11.1.5. Outros Documentos:

Declaração subscrita por representante legal da licitante, elaborada em papel timbrado, atestando que:

a) Não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de 18 (dezoito) anos para a realização de trabalhos noturnos, perigosos ou insalubres, bem como não utiliza, para qualquer trabalho, mão-de-obra direta ou indireta de menores de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (conforme inciso V do art. 27 da Lei n.º 8.666/93), a ser declarada também no sistema quando do lançamento da proposta (ANEXO II).



- b) Modelo Declaração Exclusiva para Microempresa ou Empresa de pequeno porte em condições de usufruir o tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006 (ANEXO III).
- c) Atende aos requisitos previstos no art. 2º da Lei Distrital nº 4.770, de 22 de fevereiro de 2012 (ANEXO IV).
- d) Que cumpre os requisitos do edital (ANEXO V).
- e) Se houver superveniência de algum fato impeditivo à participação no certame, fica a licitante obrigada a declará-lo, sob pena das sanções legais cabíveis (ANEXO VI).

**f) Declaração de que cumpre a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. (Anexo VIII) (SOMENTE PARA EMPRESAS COM 100 OU MAIS FUNCIONÁRIOS)**

## 11.2. DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO

11.2.1. A licitante habilitada parcialmente no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ficará isenta de apresentar os documentos relacionados referentes à habilitação jurídica (item 11.1.1), regularidade fiscal (item 11.1.2 com exceção da alínea “d”) e qualificação econômico-financeira (item 11.1.4 no que se refere a alínea “b” somente se possuir índices de LG e LC e SG superior a 1 um).

11.2.1.1. A licitante com sede ou domicílio fora do Distrito Federal, deverá apresentar a certidão Negativa de Débitos ou certidão positiva com efeito de negativa, emitida pela Secretaria de Estado de Fazenda do Governo do Distrito Federal, em plena validade, que poderá ser obtida através do site [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br). (inteligência do art. 173, da LODF).

11.2.1.2. As licitantes que apresentarem resultado menor ou igual a 1 (um), em qualquer um dos índices de LG e LC e SG, deverão comprovar capital social ou patrimônio líquido de no mínimo 10% (dez por cento) do valor total estimado para o item cotado constante do Anexo I.

11.2.1.3. A licitante deverá apresentar a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, obtida por meio do site [www.tst.jus.br/certidao](http://www.tst.jus.br/certidao).

11.2.2. A comprovação da habilitação parcial no SICAF dar-se-á mediante a verificação da validade dos documentos necessários, através de consulta on line ao sistema, opção “Situação do Fornecedor” e outras opções de consultas disponíveis, quando do julgamento da habilitação, ocasião que será impressa a respectiva Declaração de “Situação do Fornecedor”, sendo a mesma rubricada pelo Pregoeiro.

11.2.3. É assegurado à licitante que esteja com algum documento vencido no SICAF o direito de encaminhar a documentação em plena validade, juntamente com a documentação não contemplada no SICAF prevista neste edital.

11.2.4. Os documentos exigidos para a habilitação que não estiverem contemplados no SICAF ou das licitantes que não optarem pelo cadastramento do SICAF ou com cadastro desatualizado, deverão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços conforme previsto no item 10.1, ajustada ao valor do lance dado ou negociado e demais documentos e comprovações a serem anexados à proposta, no prazo de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação Pregoeiro no Sistema Eletrônico, em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasgovernamentais.

11.2.4.1. Os originais ou cópias autenticadas, quando solicitados pelo pregoeiro, deverão ser enviados em envelope fechado e identificado o nº do pregão, no prazo de 03 (três) dias úteis contados a partir da declaração dos vencedores no sistema, ao protocolo Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico da Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF, localizada no Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, AE 04, Edifício Anexo do Quartel do Comando Geral, Térreo, Brasília/DF, Telefone: (61) 3190-5557/5559/5554.

11.2.5. O Pregoeiro poderá consultar sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões se necessário, para verificar as condições de habilitação das licitantes, no entanto, não se responsabilizará pela possível indisponibilidade desses sistemas, quando da consulta no julgamento da habilitação, sendo de inteira responsabilidade da licitante a comprovação de sua habilitação. A verificação em sítios oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova.

11.2.6. Para a **microempresa ou empresa de pequeno porte**, que apresentar a comprovação de regularidade fiscal com alguma restrição, será assegurado o **prazo de 5 (cinco) dias úteis**, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação.



11.2.7. A não regularização da documentação, no prazo previsto no subitem anterior, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, e facultará ao Pregoeiro convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação.

11.2.8. Os documentos necessários para a habilitação poderão ser apresentados em original ou cópia autenticada por cartório competente, ou cópia acompanhada do original para conferência pelo Pregoeiro ou por membro da equipe de apoio ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou pela Internet, nos casos em que o órgão responsável pela emissão do documento disponibilizar sua consulta.

11.2.9. Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa, efetuada por tradutor juramentado e devidamente consularizados.

11.2.10. Não serão aceitos protocolos de entrega ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos neste Edital e seus anexos.

11.2.11. Os documentos encaminhados deverão estar em nome da licitante, com indicação do número de inscrição no CNPJ.

11.2.12. Todos os documentos deverão estar em nome e CNPJ da matriz ou todos em nome e CNPJ da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados tanto em nome da matriz e/ou em nome da filial.

11.2.13. A licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

11.2.14. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo Órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública deste Pregão, exceto os documentos que se destinam a comprovação da qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

11.2.15. O pregoeiro, na fase de julgamento, poderá promover quaisquer diligências julgadas necessárias à análise das propostas e da documentação, devendo as licitantes atenderem às solicitações no prazo por ele estipulado, contado do recebimento da convocação.

11.2.16. A não apresentação dos documentos exigidos neste edital implicará em inabilitação da licitante, salvo se houver a possibilidade de consulta via internet durante o julgamento da habilitação pelo Pregoeiro.

11.2.17. Verificando-se, no curso da análise, o descumprimento dos requisitos de habilitação estabelecidos neste Edital e seus Anexos, a licitante será inabilitada.

11.2.18. Se a proposta não for aceitável, ou se a licitante não atender às exigências de habilitação, o Pregoeiro, examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a seleção da proposta que melhor atenda a este edital.

11.2.19. Será declarada a vencedora da licitação a que apresentar o menor preço global e atender a todas as exigências do edital.

11.2.20. No julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

## **XII. DO RECURSO**

12.1. Declarada a vencedora, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recurso no prazo de 30 minutos.

12.2. A licitante que manifestar a intenção de recurso deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais licitantes, desde logo, intimadas para, querendo, apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a contar do término do prazo da recorrente.

12.3. A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará na decadência desse direito, ficando o pregoeiro autorizado a adjudicar o objeto a licitante declarada vencedora.

12.4. O recurso não acolhido pelo Pregoeiro será apreciado e decidido pela autoridade superior.

12.5. O acolhimento de recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

12.6. Os autos do processo permanecerão com vistas franqueadas aos interessados na Seção de Procedimentos Licitatórios da Diretoria de Apoio Logístico e Finanças da PMDF, situada no Setor de Áreas Isoladas Sudoeste, AE

04, Edifício Anexo do Quartel do Comando Geral, Térreo, Brasília – DF, no horário de 13h às 18h.

### XIII. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1. O objeto deste Pregão será adjudicado pelo Pregoeiro, salvo quando houver recurso, hipótese em que a adjudicação caberá à autoridade competente para homologação.

13.2. A homologação deste Pregão compete ao Chefe do Departamento de Logística e Finanças da Polícia Militar do Distrito Federal.

13.3. O objeto deste Pregão será adjudicado por item, à licitante vencedora.

### XIV. DO CONTRATO

14.1. O contrato terá **vigência de 12 (doze) meses** a contar da data de sua assinatura, **persistindo as obrigações decorrentes da garantia**, quando houver, sendo seu extrato publicado no DODF às expensas do Contratante.

14.2. A Administração convocará a empresa vencedora a assinar o Instrumento Contratual, dentro do prazo e condições estabelecidos, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei.

14.3. O prazo para assinatura do contrato **será de até 05 (cinco) dias úteis contados** a partir da intimação nesse sentido.

14.4. O contrato subordina-se ao Termo Padrão nº 01/2002, em conformidade com o Decreto nº 23.287, de 17/10/2002, do Distrito Federal (ANEXO VIII).

14.5. Por ocasião da celebração do contrato será exigido da licitante vencedora a prestação de uma das seguintes garantias:

I - Caução em dinheiro, ou em títulos da dívida pública, devendo estes ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda; (redação dada pela Lei nº 11.079, de 2004)

II - Seguro-garantia; ou,

III - Fiança bancária.

14.5.1. Caberá ao contratado optar por uma das modalidades de garantia acima, no percentual de 2% (dois por cento) do valor do contrato (Lei n.º 8.666/93, art. 56, parágrafo 2º).

14.5.2. A fiança bancária formalizar-se-á através de carta de fiança fornecida por instituição financeira que, por si ou pelos acionistas detentores de seu controle, não participem do capital ou da direção da licitante vencedora, sendo indispensável expressa renúncia, pelo fiador, aos benefícios do artigo 827, do Código Civil de 2002.

14.5.3. Toda e qualquer garantia prestada pela licitante vencedora:

a) Somente poderá ser levantada após a extinção do contrato, e quando em dinheiro, atualizada monetariamente;

b) Poderá, a critério da Administração do Distrito Federal, ser utilizada para cobrir eventuais multas e/ou para cobrir o inadimplemento de obrigações contratuais, sem prejuízo da indenização eventualmente cabível. Nesta hipótese, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos após o recebimento da notificação regularmente expedida, a garantia deverá ser reconstituída;

c) Ficará retida no caso de rescisão contratual, até definitiva solução das pendências administrativas ou judiciais.

14.5.4. Sem prejuízo das sanções previstas na lei e neste Edital, a não prestação da garantia exigida será considerada recusa injustificada em assinar o Contrato, implicando na imediata anulação da N.E (nota de empenho) emitida.

14.6. A execução do Contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes supletivamente, os princípios de teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma do artigo 54, da Lei n.º 8.666/93 combinado com o Inciso XII, do artigo 55, do mesmo diploma legal.

14.7. É facultado à Administração, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos, chamar os licitantes remanescentes, obedecida a ordem de classificação, conforme o disposto no Inciso XXIII, do artigo 4º da Lei nº 10.520/2002.

14.8. A recusa injustificada do licitante vencedor em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento, sujeitando o infrator às penalidades legalmente estabelecidas.

14.9. O disposto no item anterior não se aplica aos licitantes convocados nos termos, do art. 64, parágrafo 2º da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1.993, que não aceitarem a contratação, nas mesmas condições propostas pela adjudicatária, inclusive quanto ao prazo e preço.

14.10. A inexecução parcial ou total do contrato, de acordo com o artigo 78 da Lei 8.666/93, ensejará a sua rescisão e a penalização da empresa nos termos deste Edital e da Lei 8.666/93.

14.10.1. Constituem motivo para rescisão do contrato a subcontratação total ou parcial do seu objeto, a associação do contratado com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidas neste edital e no contrato.

14.11. O contrato a ser firmado pode ser reajustado/repactuado depois de transcorrido 1 (um) ano de sua vigência, a partir da apresentação da proposta de preços e em conformidade com a legislação pertinente.

14.11.1. O critério de reajuste, quando couber, deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, aplicados quando da execução de serviços não contínuos ou contínuos sem dedicação exclusiva de mão de obra, desde a data prevista para apresentação da proposta, até a data do adimplemento de cada parcela, aplicando-se o IPCA/IBGE.

14.12. Será designado um executor para o contrato, ao qual serão incumbidas as atribuições contidas nas Normas de Execução Orçamentária e Financeiras vigentes (Decreto nº 32.598, de 15/12/2010).

#### **XV. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

15.1. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no ato convocatório;

15.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos pessoais e/ ou materiais, causados por técnicos (empregados) e acidentes causados por terceiros, bem como pelo pagamento de salários, encargos sociais e trabalhistas, tributos e demais despesas eventuais, decorrentes da prestação dos serviços;

15.3. Responsabilizar-se das eventuais despesas para execução do serviço solicitado, qualquer que seja o valor, e cumprir todas as obrigações constantes do(s) Anexo(s) deste Ato Convocatório;

15.4. Comprovar, mês a mês, o efetivo recolhimento dos encargos sociais incidentes sobre a folha de pagamento dos empregados destinados para a prestação dos serviços, assim como de efetivo pagamento dos respectivos trabalhos (no caso de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra);

15.5. **Constitui obrigação** da contratada o **disposto no Termo de Referência** (Anexo I) do presente edital.

#### **XVI. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

16.1. Indicar o executor interno do Contrato, conforme art. 67 da Lei 8.666/93 e art. 41, inciso II e § 3º do Dec. 32.598/2010.

16.2. Cumprir os compromissos financeiros assumidos com a Contratada.

16.3. Fornecer e colocar à disposição da Contratada, todos os elementos e informações que se fizerem necessários à execução dos serviços.

16.4. Notificar, formal e tempestivamente, a contratada sobre as irregularidades observadas no serviço.

16.5. Notificar a Contratada, por escrito e com antecedência sobre multas, penalidades quaisquer débitos de sua responsabilidade, bem como fiscalizar a execução do Objeto Contratado.

#### **XVII. DO RECEBIMENTO**

17.1. O objeto desta licitação será recebido por servidor, ou comissão nos casos de aquisições com valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), designado(a) pela autoridade competente, mediante recibo, da seguinte forma:

a) Provisoriamente em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**, para efeito de posterior verificação da conformidade do serviço com a especificação; e

b) Definitivamente até em até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório, após a verificação da sua conformidade com as especificações e requisitos contidos na proposta e previstos neste edital e consequente aceitação.

17.2. Após o recebimento definitivo do objeto, será atestada a Nota Fiscal para efeito de pagamento;

17.3. Se a licitante vencedora deixar de executar os serviços, dentro do prazo estabelecido sem justificativa por escrito e aceita pela Administração, sujeitar-se-á às penalidades impostas neste Edital.

## **XVIII. DO PAGAMENTO**

18.1. Para efeito de pagamento, a PMDF consultará os sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das certidões a seguir relacionadas, para a verificação da regularidade fiscal da Contratada:

a) Certidão de regularidade de débitos Relativos às Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (Decreto Federal nº 8.302/2014);

b) Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, fornecido pela CEF – Caixa Econômica Federal, devidamente atualizado (Lei nº 8.036/90);

c) Certidão de Regularidade com a Fazenda do Distrito Federal.

d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei nº 12.440, de 7 de julho de 2011).

e) Prova de regularidade com a Fazenda Federal por meio da Certidão Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais e a Dívida Ativa da União, expedida pelo Ministério da Fazenda/Secretaria da Receita Federal do Brasil.

18.1.1. Em havendo a impossibilidade de consulta, pela Administração, aos sítios oficiais dos órgãos e entidades emissores das citadas certidões, o pagamento ficará condicionado à apresentação, pela Contratada, da comprovação de sua regularidade fiscal e trabalhista.

18.2. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados a partir da data de apresentação da Nota Fiscal, desde que o documento de cobrança esteja em condições de liquidação de pagamento.

18.3. Passados 30 (trinta) dias sem o devido pagamento por parte da Administração, a parcela devida será atualizada monetariamente, desde o vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento de acordo com a variação “*pro rata tempore*” do IPCA/IBGE.

18.4. Nenhum pagamento será efetuado à licitante enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária (quando for o caso).

18.5. Caso haja multa por inadimplemento contratual, será adotado o seguinte:

I – A multa será descontada do valor total do respectivo contrato; e

II – Se o valor da multa for superior ao valor devido pelo fornecimento do serviço, ou ainda superior ao valor da garantia prestada, responderá o contratado pela sua diferença a qual será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

18.6. As empresas com sede ou domicílio no Distrito Federal, com créditos de valores iguais ou superiores a R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), terão seus pagamentos feitos exclusivamente mediante crédito em conta corrente, em nome do beneficiário junto ao Banco de Brasília S/A – BRB. Para tanto deverão apresentar o número da conta corrente e da agência em que desejam receber seus créditos, de acordo com o Decreto nº 32.767 de 17/02/2011, e alterações posteriores.

18.6.1. Ficam excluídas desta regra:

a) os pagamentos a empresas vinculadas ou supervisionadas pela Administração Pública Federal;

b) os pagamentos efetuados à conta de recursos originados de acordos, convênios ou contratos que, em virtude de legislação própria, só possam ser movimentados em instituições bancárias indicadas nos respectivos documentos;

c) os pagamentos a empresas de outros Estados da federação que não mantenham filiais e/ ou representações no DF e que venceram processo licitatório no âmbito deste ente federado.

18.7. Será efetuada a retenção na fonte, dos tributos e contribuições, prevista na Instrução Normativa RFB nº 1.234/2012, alterada pela IN nº 1.244/2012.

18.8. A retenção dos tributos não será efetuada caso a licitante apresente junto com sua Nota Fiscal a comprovação de que o ele é optante do Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte –SIMPLES.

18.9. Documentos de cobrança rejeitados por erros ou incorreções em seu preenchimento serão formalmente devolvidos à Contratada, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data de sua apresentação.

18.10. Os documentos de cobrança, escoimados das causas que motivaram a rejeição, deverão ser reapresentados num prazo máximo de 02 (dois) dias úteis.

18.11. Em caso de rejeição da Nota Fiscal/Fatura, motivada por erro ou incorreções, o prazo de pagamento passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

### **XIX. DAS SANÇÕES**

19.1. De acordo com o estabelecido no Decreto DF nº 26.851, de 30/05/2006, e alterações posteriores (Anexo IX).

### **XX. DISPOSIÇÕES FINAIS**

20.1. A PMDF poderá revogar este Pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

20.1.1. A anulação do pregão induz à do contrato.

20.1.2. As licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito da contratada de boa-fé de ser ressarcida pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do contrato.

20.2. Será realizada pesquisa prévia junto aos Portais na Internet de governos (Secretaria de Transparência e Controle – STC/GDF e Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS/CGU) e no CNJ (condenações cíveis por atos de Improbidade Administrativa) para aferir a existência de algum registro impeditivo ao direito de participar em licitações ou celebrar contratos com a Administração Pública.

20.3. É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desde Pregão, promover diligência destinada a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam ter sido apresentados para fins de classificação e habilitação.

20.4. No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação. (§3º do art. 26 do Dec. Nº 5.450/2005)

20.5. A critério do Pregoeiro poderá ser prorrogado o prazo estabelecido de 02 (duas) horas contados a partir da solicitação no Sistema Eletrônico, para envio da proposta e documentação em arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasgovernamentais.

20.6. Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na PMDF.

20.7. O desatendimento às exigências formais, não essenciais, não importará na inabilitação da licitante e/ou desclassificação de sua proposta, desde que seja possível a aferição de sua habilitação e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

20.8. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação. (Parágrafo único do art. 5º do Dec. nº 5.450/2005)

20.9. A contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, desde que previamente justificadas pela Polícia Militar do DF acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial (Lei nº 8.666/93, art.65, §§ 1º, 2º).

20.10. Este Pregão poderá ter a data de abertura da sessão pública transferida por conveniência da PMDF.

20.11. As súmulas dos contratos e dos aditivos pertinentes a obras, compras, serviços, alienações e locações celebrados pelos órgãos ou pelas entidades da Administração Pública do Distrito Federal com particulares devem ser publicadas no Portal da Transparência de que trata a Lei nº 4.490, de 12 de dezembro de 2012 (Lei Distrital nº 5.575 de 18.12.2015).

20.11.1. A determinação prevista neste item visa conferir publicidade às contratações realizadas pelo Poder Público.

20.11.2. Das súmulas dos contratos de que trata neste item devem constar informações referentes ao valor, ao objeto, à finalidade, à duração e ao prazo de vigência do contrato, bem como o nome ou a razão social do fornecedor do produto, da obra ou do serviço.

20.12. O foro para dirimir questões relativas ao presente edital será o de Brasília – DF, com exclusão de qualquer outro.

20.13. Os casos omissos e demais dúvidas suscitadas serão dirimidas pelo Pregoeiro, por meio do Telefone: (61) 3910-1367.

20.14. **Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060.**

## **XXI. ANEXOS**

21.1. Fazem parte integrante deste Edital os seguintes Anexos:

21.1.1. ANEXO I - Termo de Referência.

21.1.2. ANEXO II - Modelo Declaração de que não Emprega Menor.

21.1.3. ANEXO III - Modelo Declaração Exclusiva para Microempresa ou Empresa de pequeno porte em condições de usufruir o tratamento favorecido previsto na LC nº 123/2006.

21.1.4. ANEXO IV - Modelo de Declaração de Sustentabilidade (Lei Distrital nº 4.770/2012).

21.1.5. ANEXO V - Modelo de Declaração de que cumpre os requisitos do edital.

21.1.6. ANEXO VI - Modelo de Declaração de superveniência de fatos impeditivos.

21.1.7. ANEXO VII - Declaração de que cumpre com a reserva de vagas para portadores de deficiência ou para reabilitado da Previdência Social. (Lei nº 8.213/1991 - Circular SEI-GDF nº 1/2019 - PGDF/GAB/PRCON)

21.1.8. ANEXO VIII - Minuta de Contrato.

21.1.9. ANEXO IX - Decreto DF nº 26.851, de 30 de maio de 2006, que regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

STÉFANO ENES LOBÃO – CEL QOPM

Ordenador de Despesas

## **ANEXO I**

### **PROJETO BÁSICO**

#### **1 – OBJETO**

1.1 – Contratação de empresa especializada para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade (PGRS), conforme especificações, condições, estimativa das quantidades e exigências estabelecidas neste Projeto Básico.

#### **2 – JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

2.1 – O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade (PGRS), da Polícia Militar do Distrito Federal, objeto do Presente Projeto Básico, é motivado e justificado para atender às exigências da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e o Decreto nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, que regulamentou a Lei Nº 12.305/2010.

2.2 – O estudo técnico a respeito do gerenciamento dos resíduos sólidos produzido no órgão se revela imprescindível para o planejamento, a regulação, a fiscalização e o controle de todas as etapas envolvendo o descarte de resíduos produzidos na Polícia Militar do Distrito Federal.

2.3 – A relação daqueles que estão sujeitos à elaboração de plano de gerenciamento de resíduos sólidos encontra-se descritos no Art. 20 da Lei Federal nº 12.305/2010, o que justifica a demanda contida no Anexo “D” deste Projeto Básico, a qual contém a aprovação da Seção de Qualidade – Estado Maior/PMDF. (fl.014)

2.4 – A contratação também se justifica com base na Lei Distrital nº 5.610/16 e aos prescritos nos artigos 2º, 4º, 5º, 6º, 7º e 8º do Decreto nº 37.568 de 24 de agosto de 2016, que dispõem sobre a responsabilidade dos grandes geradores de resíduos sólidos no âmbito do Distrito Federal

2.5 – A concepção do PGRS estabelece os princípios, procedimentos, normas e critérios referentes à geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos, que dará subsídio à contratação de empresa de prestação de serviço de coleta, transporte e disposição final dos resíduos gerados pela PMDF.

2.6 – Vale destacar que o presente Projeto Básico tem conexão com o PLANO ESTRATÉGICO 2011-2022, 2ª Edição, REVISADA E ATUALIZADA, conforme o subitem 9.4.3 (Desenvolver e implantar programas e ações com foco em responsabilidade e sustentabilidade ambiental).

2.7 – A Especificação do Serviço (item 3) foi analisada e aprovada por engenheiro ambiental, que é o responsável técnico pela PMDF. (fl. 029)

2.8 – Insta esclarecer que para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade demandada pelo Departamento de Logística e Finanças da Corporação (Portaria nº 154 de 05 de maio de 2017), se faz necessária a contratação de empresa especializada em PGRS com Responsável Técnico: Graduado com formação em Engenharia Ambiental ou Sanitária habilitado pelo Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, ou ainda outro profissional com atribuições junto ao Conselho de Classe competente.

2.9 – Além disso, nos termos do art. 18 da Lei nº 12305/2010, a elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade (PGRS) é condição necessária para o Distrito Federal ter acesso aos recursos da União, destinados à limpeza urbana e ao manejo de resíduos sólidos. Sendo assim a Elaboração e Execução do PGRS da PMDF cumprirá com as exigências descritas na legislação do decreto 5.940/2005 e a lei federal 12.305/2010, como também as demais legislações ambientais pertinentes aos processos de gerenciamento de resíduos sólidos.

2.10 – Desse modo, a implementação de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos que atenda as unidades da PMDF se justifica pela necessidade de se reduzir os descartes de materiais gerados pelo órgão, com foco no reaproveitamento e na reciclagem dos resíduos de forma a minimizar os impactos no meio ambiente, além de aumentar as perspectivas de inclusão social e de desenvolvimento econômico, mediante a introdução de comunidades carentes na cadeia de negócios de materiais recicláveis.

2.11 – O presente instrumento visa a contratação de empresa especializada para elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos – PGRS. Conforme o art. 20 da Lei 12.305/2010, o PGRS é condição obrigatória para subsidiar a contratação de serviço de coleta, transporte e disposição final dos resíduos sólidos referentes ao que constam nos artigos 4º e 8º do Decreto DF nº 37.568/2016.

### **3 – ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO**

#### **3.1. DESCRIÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)**

3.1.1 – O escopo contratual consiste na elaboração de PGRS para a PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal, O plano envolverá a apresentação de um relatório sobre o diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos na Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio de avaliações sistêmicas, a fim de que sejam identificadas possibilidades de melhoria do sistema de coleta seletiva, e também englobará um relatório a respeito do prognóstico para a adequada gestão dos resíduos sólidos, oferecendo, ao final, proposições para ações de curto, médio e longo prazo.

#### **3.2 – DA METODOLOGIA:**

3.2.1 – A metodologia deverá fundamentar-se na pesquisa e na análise dos processos de geração, segregação, coleta, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, transbordo, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição final dos resíduos produzidos no órgão da Polícia Militar do Distrito Federal, e terá por base um processo de integração entre a empresa e os setores envolvidos.



### **3.3 – DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

3.3.1 – Na realização das etapas para que seja atingida a meta do trabalho, serão gerados dois produtos, que serão apresentados na forma de relatórios técnicos:

3.3.1.1 – (1) Relatório de Diagnóstico; e

3.3.1.2 – (2) Relatório de Prognóstico.

3.3.1.3 – Os relatórios deverão englobar todos os edifícios e instalações pertencentes à Polícia Militar do Distrito Federal, especificados no anexo D.

### **3.4 – RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO:**

3.4.1 – Nesta etapa será elaborado um relatório, apresentado na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, em DVD/CD-ROM, contendo diagnóstico detalhado da gestão dos diversos resíduos produzidos em todos os órgãos da Polícia Militar do Distrito Federal, em que serão descritos os setores envolvidos, os tipos de resíduos existentes, a sua classificação, identificação, além de serem analisadas todas as etapas de produção, descartes, coleta e destinação final dos materiais mediante a realização dos seguintes estudos:

3.4.1.1 – Explicitação de cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos, com a descrição do empreendimento ou atividade;

3.4.1.2 – Determinar/identificar e quantificar os pontos de geração de resíduos, dentro e fora do processo produtivo;

3.4.1.3 – Determinar/identificar e quantificar os pontos de segregação de resíduos;

3.4.1.4 – Indicar a forma de acondicionamento dos resíduos;

3.4.1.5 – Informar se há estoque de resíduos;

3.4.1.6 – Frequência de geração dos resíduos;

3.4.1.7 – Indicar a destinação dos resíduos gerados;

3.4.1.8 – Plantas e/ou desenhos esquemáticos de localização dos pontos de geração e armazenamento dos resíduos.

3.4.1.9 – Figuras, gráficos e outros elementos que facilitem a análise do PGRS.

OBS: O local de armazenamento dos resíduos deve constar nas coordenadas geográficas.

3.4.1.10 – Estrutura administrativa e organizacional de suporte aos serviços de coleta, incluindo instalações físicas, lixeiras, equipamento e recursos humanos;

3.4.1.11 – Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a estimativa do volume e do peso, conforme a sua origem, a exemplo de pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos e graxas, pneus, resíduos de serviço de saúde, de construção civil, lixo orgânico e outros materiais relevantes, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;

3.4.1.12 – Indicar o volume diário de resíduos sólidos indiferenciados, por unidade geradora, identificando-a, se for o caso, como grande geradora de resíduos sólidos, conforme a Lei 5.610, de 16 de fevereiro de 2016.

3.4.1.13 – Análise dos aspectos técnico-operacionais, incluindo desde o processo de produção até a destinação final dos resíduos, mediante o levantamento de dados sobre a cadeia de coleta seletiva, reaproveitamento e reciclagem no mercado formal e informal;

3.4.1.14 – Classificação dos resíduos segundo a ABNT NBR 10004:2004 (Classe I, II A e II B) e a Lei nº 12.305/2010. Esta classificação deve ser realizada por profissional habilitado e laboratório credenciado, quando for o caso, deve ser embasada nos laudos técnicos de análises submetendo os resíduos nos testes de

solubilização/lixiviação conforme as NBR 10.006 e NBR 10.005 ou ainda, outros tipos de análises que os responsáveis julgarem necessárias para melhor identificar os resíduos sólidos.

3.4.1.15 – Observância das normas estabelecidas pelos órgãos competentes;

3.4.1.16 – Percentual de comprometimento atual e futuro do serviço de limpeza urbana.

### **3.5 – RELATÓRIO DE PROGNÓSTICO:**

3.5.1 – Na segunda fase, será realizado um prognóstico, elaborando-se um relatório, na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, apresentado em DVD/CD-ROM, contendo a definição de diretrizes e metas, mediante a análise do diagnóstico das estruturas organizacionais e técnico-operacionais, no intuito de que sejam definidos investimentos e ações a serem realizados, devendo as proposições estar de acordo com os eventuais problemas encontrados a serem factíveis de implantação, por intermédio das seguintes medidas:

3.5.1.1 – Previsões para a evolução da geração “per capita” de resíduos, considerando o seu quantitativo e qualitativo;

3.5.1.2 – Identificação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores, incluindo possíveis parcerias com usinas de compostagem,

3.5.1.3 – Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;

3.5.1.4 – Estudo das potencialidades técnicas para o reaproveitamento e a reciclagem dos materiais, mormente visando à geração de trabalho e renda na destinação final dos resíduos;

3.5.1.5 – Proposição de investimentos a serem realizados com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por meio de contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos legais, indicando possíveis instituições a serem envolvidas;

3.5.1.6 – Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos competentes, à reutilização e reciclagem;

3.5.1.7 – Se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;

3.5.1.8 – Busca de alternativas auxiliares para a gestão adequada dos resíduos sólidos;

3.5.1.9 – Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;

3.5.1.10 – Hierarquização das demandas envolvendo a geração, a coleta e a disposição final de resíduos;

3.5.1.11 – Proposições para ações de curto, médio e longos prazos, mormente no que diz respeito à capacitação e valorização dos setores envolvidos com o manejo de resíduos sólidos;

3.5.1.12 – Estabelecimento de indicadores ambientais para a gestão dos materiais descartados, envolvendo implementação e acompanhamento de metas na execução do plano, que possibilitem a avaliação dos resultados e a promoção de revisões periódicas.

3.5.1.13 – Para empreendimentos de pequeno e médio porte, apresentar ações de Educação Ambiental e de treinamento/capacitação voltados ao público interno, objetivando sensibilizar os profissionais envolvidos com a geração dos resíduos, dentro e fora do processo produtivo, a eliminar desperdícios e a realizar a triagem e a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;

3.5.1.14 – Para os casos de empreendimentos de grande porte ou geradores de significativa quantidade de resíduos, assim como aqueles considerados potencialmente poluidores, apresentar um programa de educação ambiental voltado aos trabalhadores, e conforme a realidade, às comunidades do entorno do empreendimento, aos usuários de seus produtos e ao setor educacional, no sentido de estimular a adoção de práticas ambientalmente saudáveis de consumo, da reciclagem, bem como de preservação ambiental;

3.5.1.15 – Apresentar um programa de redução na fonte descrevendo as atividades/medidas, as metas e os procedimentos direcionados a: não geração, minimização da geração, reutilização/reciclagem de resíduos,

controle da poluição, monitoramento do passivo ambiental e responsabilidade pós-consumo. Devem ser especificadas a classificação, a quantidade e a destinação dos resíduos passíveis de reutilização/reciclagem, assim como, os procedimentos de manejo utilizados na segregação dos resíduos, na origem, coleta, armazenamento, transporte, reutilização/reciclagem e sua destinação final.

#### 4 – ESTIMATIVA DE CUSTOS

##### 4.1 – Preço Público:

4.1.1 – Para a estimativa de custos, foi elaborada pesquisa no sítio compras governamental e foram encontrados objetos que correspondem à mesma descrição contida neste Projeto Básico (Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos), todavia, o preço de serviço de consultoria para elaboração do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, praticados por esses órgãos públicos, não servem de parâmetro para serem utilizados no objeto deste Projeto Básico, devido à dimensão e a complexidade da Polícia Militar do Distrito Federal. Esta instituição policial contém 52 unidades geradoras, entre elas, unidade de saúde, de manutenção de viaturas e de polícia montada, o que exemplifica a dimensão e a diversidade de seus resíduos sólidos.

4.1.2 – Consultas realizadas ao Ministério do Meio Ambiente, à Superintendência de Limpeza Urbana - SLU e ao Tribunal de Contas do Distrito Federal – TCDF ratificaram as dificuldades de parametrizarem-se preços públicos, considerando as diversidades da PMDF. No TCDF está claro a prescindibilidade do referencial de preços públicos, em contraponto a decisão nº 4.105/2014, que consideram uma recomendação, não subsistindo a compulsoriedade da composição de custo com base apenas em preços públicos.

4.1.3 – Considerando o ineditismo do objeto, que nas mais diversas áreas da administração direta do DF encontra-se no âmbito do pionerismo, vinculada ao alto grau de dificuldade de detecção de preços públicos válidos para aplicação ao certame e construção da planilha de custos, e considerando que os relatórios solicitados para confecção do PGRS para a PMDF, em sua dimensão, não se assemelha aos relatórios solicitados por outros órgãos públicos, pesquisados no sítio compras governamental, opta-se para a confecção de preços com base somente em pesquisa mercadológica da iniciativa privada, obedecidas as questões legais vigentes.

##### 4.2 – Preço Privado:

4.2.1 – A Proposta Técnica da empresa licitante deverá prever, de forma suficientemente explícita e detalhada, todos os custos diretos e indiretos implícitos na utilização continuada ou eventual de todo o pessoal necessário para a elaboração e implantação inicial do plano, bem como no uso de meios de transporte, equipamentos e materiais de consumo.

4.2.2 – O critério de julgamento a ser adotado deverá ser o de MENOR VALOR GLOBAL, desde que comprovado os requisitos exigidos.

4.2.3 – O valor estimado para a contratação de consultoria especializada para elaboração de Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e Sustentabilidade para a Polícia Militar do Distrito Federal, será de R\$ 102.512,40 devendo contemplar todas as despesas operacionais.

4.2.4 – Segue no Anexo “C” deste Projeto Básico os orçamentos das empresas que subsidiaram o preenchimento da planilha contida no Anexo “B”, na qual contém toda a estimativa de custos com média e mediana.

ITEM	PRODUTO - PGRS	QTDE	MEDIANA	TOTAL
01	Diagnóstico	1	R\$ 51.000,00	R\$ 102.512,40
02	Prognóstico	1	R\$ 51.512,00	

**5 – DA VERACIDADE DOS ORÇAMENTOS**

Confirmo que os orçamentos enviados (Anexo “C” deste Termo de Referência), foram devidamente conferidos por mim e são verdadeiros, conforme rubrica/assinatura em cada um deles.

PAULO CÉSAR DE LIRA RODRIGUES - TC QOPM

Chefe da Seção de Gestão de Qualidade – Estado Maior/PMDF

**6 – DO CONSÓRCIO E DA SUBCONTRATAÇÃO**

6.1 – A participação de consórcios não será admitida, uma vez que o objeto a ser adquirido é amplamente comercializado por diversas empresas no mercado. Tal permissibilidade poderia causar dano à administração por frustrar o próprio caráter competitivo da disputa pelo menor preço.

6.2 – A subcontratação total ou parcial não estão permitidas.

**7 – CRONOGRAMA DE ENTREGA****7.1. – DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO:**

7.1.1 – O prazo sugerido para execução das atividades tratadas neste Projeto Básico é de 90 (noventa) dias corridos, devendo as atividades especificadas serem entregues nos seguintes prazos, contados a partir da assinatura do contrato:

ETAPAS / PRODUTOS	SEMANAS (7 dias)												
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12	13
Diagnóstico	X	X	X	X	X	X	X						
Prognóstico								X	X	X	X	X	X

**8 – LOCAL DE ENTREGA**

8.1 – Os relatórios deverão ser entregue no seguinte endereço:

Estado-Maior - Seção de Gestão de Qualidade, localizado no Edifício do 1º Batalhão de Polícia Militar, sito ao SAISO, Área Especial nº 04, Setor Policial Sul.

FONE: 3190-5447 / 3190-5448.

Horário para entrega: conforme horário de expediente da Corporação.

## 9 - RECEBIMENTO/VISTORIA

### 9.1 – DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO

9.1.1 – Todos os produtos deverão ser entregues para análise na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, devendo estar em conformidade com as normas da ABNT em vigência, de forma clara, concisa e objetiva.

9.1.2 – O recebimento e a aceitação do serviço dar-se-ão por produto, e da seguinte forma:

9.1.2.1 – **Provisoriamente:** em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**, após análise de conformidade preliminar, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes.

9.1.2.2 – **Definitivamente:** em até 15 (quinze) dias contados do recebimento provisório, após a realização de análise de conformidade final, mediante a lavratura de termo de aceite, que será assinado pelas partes, para que seja configurado o recebimento definitivo.

9.1.3 – Se após o recebimento provisório for identificada qualquer falha na execução, cuja responsabilidade seja atribuída à **CONTRATADA**, o prazo para a efetivação do recebimento definitivo ficará suspenso até o saneamento das impropriedades detectadas.

9.1.4 – Durante os prazos de análise de conformidade mencionados nos itens 9.1.2.1 e 9.1.2.2, a **CONTRATADA** poderá ser solicitada a prestar quaisquer esclarecimentos requeridos a respeito do serviço realizado, bem como a efetuar eventuais alterações/correções entendidas como necessárias pela **PMDF**.

### 9.2 - CONFERÊNCIA/VISTORIA:

9.2.1 – O Executor do Contrato, assessorado diretamente pela Seção de Gestão de Qualidade do Estado-Maior fará análise dos trabalhos realizados pela Contratada, de acordo com as etapas da prestação de serviços (**Diagnósticos e Prognósticos**).

## 10 – OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

10.1 – Além das demais obrigações previstas neste Projeto Básico, a licitante vencedora fica obrigada a:

10.1.1 – O objeto especificado neste Instrumento deverá ser apresentado na forma de relatório impresso e em cópia digital. Quanto aos textos, quadros, figuras e desenhos deverão ser apresentados de uma forma lógica, clara e objetiva, com dados e informações, com conceitos e cálculos justificados e isentos de erros de ortografia e de digitação.

10.1.2 - Cumprir fielmente o contrato, de forma que a execução dos serviços atinja um ótimo padrão de qualidade no Relatório final.

10.1.3 – Responsabilizar-se por todo o transporte do produto objeto da presente licitação, e os deslocamentos necessários à sua entrega;

10.1.4 – Tomar todas as providências necessárias para a fiel execução do objeto da licitação, responsabilizando-se pelo pagamento de tributo e despesas inerentes ao serviço prestado;

10.1.5 – Não transferir a outrem, por qualquer forma, os deveres decorrentes desta licitação;

10.1.6 – Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as demais obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório;

10.1.7 – Fornecer previamente uma lista completa dos funcionários, constando identidade, CPF, endereço para análise da PMDF, e substituir os empregados que, por qualquer motivo, não satisfaçam as condições requeridas pela natureza dos serviços, a exclusivo critério da PMDF (trata-se da segurança das informações das 41 instalações da PMDF).

10.1.8 – Providenciar para que todos os empregados cumpram as normas relativas à segurança no interior das Unidade Policiais.

10.1.9 – Prestar quaisquer esclarecimentos que forem solicitados pela **PMDF**, no que se propõe a atender prontamente;

10.1.10 – Submeter os documentos à análise dos executores do contrato, que solicitarão as correções necessárias;

10.1.11 – Realizar suas atividades de pesquisa na Polícia Militar do Distrito Federal, em horário compatível com o funcionamento do órgão.

10.1.12 – Responsabilizar-se por todo e qualquer problema que venha a ocorrer relacionado ao mau planejamento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos.

10.1.13 – Apresentar ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) do CREA do Responsável Técnico pelo PGRS referente à execução do serviço, antes do início dos serviços.

## 11 - FISCALIZAÇÃO

11.1 A PMDF indicará representantes da Administração, especialmente designado para o acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato e de tudo dará ciência à Administração, conforme prevê o **Art. 67 e 82 da Lei nº 8.666/93**;

11.2 A fiscalização dar-se-á por servidores da PMDF, devidamente designados e denominados “executor do contrato”, de acordo com o Art. 67 da Lei nº 8.666/93.

11.3 Nos termos estabelecidos na Portaria PMDF nº 728/2010, ficam indicados os seguintes policiais militares para serem os representantes da Administração com a finalidade de atuarem na fiscalização contratual (art. 67 da Lei 8666/96):

EXECUTORES DO CONTRATO			
Posto/Grad.:	Nome:	Matrícula:	Contato:
MAJ.QOPM	Luizmar BARRETO Ferreira	22.169/4	3190-5446
CB QPPMC	Thiago ALCÂNTARA Pinto	215.105/7	3190-5448

11.4 A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da fornecedora, inclusive diante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

## 12 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

### 12.1 – Equipe Técnica Mínima

12.1.1 – Atestado de capacidade técnico-profissional devidamente registrado no Conselho de Classe da região onde os serviços foram executados, acompanhado da respectiva certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por esse Conselho, que comprove ter o profissional executado, para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda para empresa privada, serviços de características técnicas compatíveis às do objeto da presente licitação.

**13 – DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

13.1 – Durante a vigência do Contrato resultante deste Projeto Básico, todos os assuntos a ele relacionados devem ser tratados diretamente com o a Seção de Gestão de Sustentabilidade da PMDF.

13.2 – Não haverá fracionamento do objeto, uma vez que a natureza do objeto inviabiliza o parcelamento em lotes ou itens, pois trata-se de um único objeto. Diante disso, a adjudicação será por item, conforme art. 15, IV, da Lei Federal nº 8.666/1993.

**14. ANEXOS**

**14.1** ANEXO A – Especificação do Item;

**14.2** ANEXO B – Estimativa de Preços;

**14.4** ANEXO D – Demanda;

**14.5** ANEXO E – Normas e Legislação Aplicáveis;

**MARCELO DE ARAÚJO ALVES - TC QOPM**

Autor do Projeto Básico

**ANEXO “A”****ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA****ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO****DESCRIÇÃO DO(S) SERVIÇO(S)**

O escopo contratual consiste na elaboração de PGRS para a PMDF – Polícia Militar do Distrito Federal, O plano envolverá a apresentação de um relatório sobre o diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos na Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio de avaliações sistêmicas, a fim de que sejam identificadas possibilidades de melhoria do sistema de coleta seletiva, e também englobará um relatório a respeito do prognóstico para a adequada gestão dos resíduos sólidos, oferecendo, ao final, proposições para ações de curto, médio e longo prazo.

**DA METODOLOGIA:**

A metodologia deverá fundamentar-se na pesquisa e na análise dos processos de geração, segregação, coleta, classificação, acondicionamento, armazenamento, transporte, transbordo, reciclagem, reutilização, tratamento e disposição final dos resíduos produzidos no órgão da Polícia Militar do Distrito Federal, e terá por base um processo de integração entre a empresa e os setores envolvidos.

**DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO**

Na realização das etapas para que seja atingida a meta do trabalho, serão gerados dois produtos, que serão apresentados na forma de relatórios técnicos:

(1) Relatório de Diagnóstico; e

(2) Relatório de Prognóstico.



Os relatórios deverão englobar todos os edifícios e instalações pertencentes à Polícia Militar do Distrito Federal, especificados no anexo D.

### **RELATÓRIO DE DIAGNÓSTICO:**

Nesta etapa será elaborado um relatório, apresentado na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, em DVD/CD-ROM, contendo diagnóstico detalhado da gestão dos diversos resíduos produzidos em todos os órgãos da Polícia Militar do Distrito Federal, em que serão descritos os setores envolvidos, os tipos de resíduos existentes, a sua classificação, identificação, além de serem analisadas todas as etapas de produção, descartes, coleta e destinação final dos materiais mediante a realização dos seguintes estudos:

- Explicitação de cada etapa do gerenciamento de resíduos sólidos, com a descrição do empreendimento ou atividade;
- Determinar/identificar e quantificar os pontos de geração de resíduos, dentro e fora do processo produtivo;
- Determinar/identificar e quantificar os pontos de segregação de resíduos;
- Indicar a forma de acondicionamento dos resíduos;
- Informar se há estoque de resíduos;
- Frequência de geração dos resíduos;
- Indicar a destinação dos resíduos gerados;
- Plantas e/ou desenhos esquemáticos de localização dos pontos de geração e armazenamento dos resíduos.
- Figuras, gráficos e outros elementos que facilitem a análise do PGRS.

OBS: O local de armazenamento dos resíduos deve constar nas coordenadas geográficas.

- Estrutura administrativa e organizacional de suporte aos serviços de coleta, incluindo instalações físicas, lixeiras, equipamento e recursos humanos;
- Diagnóstico dos resíduos sólidos gerados ou administrados, contendo a estimativa do volume e do peso, conforme a sua origem, a exemplo de pilhas e baterias, lâmpadas fluorescentes, óleos e graxas, pneus, resíduos de serviço de saúde, de construção civil, lixo orgânico e outros materiais relevantes, incluindo os passivos ambientais a eles relacionados;
- Indicar o volume diário de resíduos sólidos indiferenciados, por unidade geradora, identificando-a, se for o caso, como grande geradora de resíduos sólidos, conforme a Lei 5.610, de 16 de fevereiro de 2016.
- Análise dos aspectos técnico-operacionais, incluindo desde o processo de produção até a destinação final dos resíduos, mediante o levantamento de dados sobre a cadeia de coleta seletiva, reaproveitamento e reciclagem no mercado formal e informal;
- Classificação dos resíduos segundo a ABNT NBR 10004:2004 (Classe I, II A e II B) e a Lei nº 12.305/2010. Esta classificação deve ser realizada por profissional habilitado e laboratório credenciado, quando for o caso, deve ser embasada nos laudos técnicos de análises submetendo os resíduos nos testes de solubilização/lixiviação conforme as NBR 10.006 e NBR 10.005 ou ainda, outros tipos de análises que os responsáveis julgarem necessárias para melhor identificar os resíduos sólidos.
- Observância das normas estabelecidas pelos órgãos competentes;
- Percentual de comprometimento atual e futuro do serviço de limpeza urbana.

### **RELATÓRIO DE PROGNÓSTICO:**

Na segunda fase, será realizado um prognóstico, elaborando-se um relatório, na forma impressa, em papel A4, e na forma digital, apresentado em DVD/CD-ROM, contendo a definição de diretrizes e metas, mediante a análise do diagnóstico das estruturas organizacionais e técnico-operacionais, no intuito de que sejam definidos investimentos e ações a serem realizados, devendo as proposições estar de acordo com os eventuais problemas encontrados a serem factíveis de implantação, por intermédio das seguintes medidas:

- Previsões para a evolução da geração “per capita” de resíduos, considerando o seu quantitativo e qualitativo;
- Identificação de soluções consorciadas ou compartilhadas com outros geradores, incluindo possíveis parcerias com usinas de compostagem,
- Ações preventivas e corretivas a serem executadas em situações de gerenciamento incorreto ou acidentes;
- Estudo das potencialidades técnicas para o reaproveitamento e a reciclagem dos materiais, mormente visando à geração de trabalho e renda na destinação final dos resíduos;
- Proposição de investimentos a serem realizados com as cooperativas de catadores de materiais recicláveis, por meio de contratos, convênios, acordos ou outros instrumentos legais, indicando possíveis instituições a serem envolvidas;
- Metas e procedimentos relacionados à minimização da geração de resíduos sólidos e, observadas as normas estabelecidas pelos órgãos competentes, à reutilização e reciclagem;
- Se couber, ações relativas à responsabilidade compartilhada pelo ciclo de vida dos produtos;
- Busca de alternativas auxiliares para a gestão adequada dos resíduos sólidos;
- Medidas saneadoras dos passivos ambientais relacionados aos resíduos sólidos;
- Hierarquização das demandas envolvendo a geração, a coleta e a disposição final de resíduos;
- Proposições para ações de curto, médio e longos prazos, mormente no que diz respeito à capacitação e valorização dos setores envolvidos com o manejo de resíduos sólidos;
- Estabelecimento de indicadores ambientais para a gestão dos materiais descartados, envolvendo implementação e acompanhamento de metas na execução do plano, que possibilitem a avaliação dos resultados e a promoção de revisões periódicas.
- Para empreendimentos de pequeno e médio porte, apresentar ações de Educação Ambiental e de treinamento/capacitação voltados ao público interno, objetivando sensibilizar os profissionais envolvidos com a geração dos resíduos, dentro e fora do processo produtivo, a eliminar desperdícios e a realizar a triagem e a coleta seletiva e reciclagem dos resíduos;
- Para os casos de empreendimentos de grande porte ou geradores de significativa quantidade de resíduos, assim como aqueles considerados potencialmente poluidores, apresentar um programa de educação ambiental voltado aos trabalhadores, e conforme a realidade, às comunidades do entorno do empreendimento, aos usuários de seus produtos e ao setor educacional, no sentido de estimular a adoção de práticas ambientalmente saudáveis de consumo, da reciclagem, bem como de preservação ambiental;
- Apresentar um programa de redução na fonte descrevendo as atividades/medidas, as metas e os procedimentos direcionados a: não geração, minimização da geração, reutilização/reciclagem de resíduos, controle da poluição, monitoramento do passivo ambiental e responsabilidade pós-consumo. Devem ser especificadas a classificação, a quantidade e a destinação dos resíduos passíveis de reutilização/reciclagem, assim como, os procedimentos de manejo utilizados na segregação dos resíduos, na origem, coleta, armazenamento, transporte, reutilização/reciclagem e sua destinação final.

**MARCELO DE ARAÚJO ALVES - TC QOPM**

Autor do Projeto Básico

## ANEXO "B"

## ESTIMATIVA DE PREÇO

PROJETO/ATIVIDADE E DENOMINAÇÃO					
ITEM	QUANT	UNID	DISCRIMINAÇÃO	PREÇO UNITÁRIO R\$	VALOR
					ESTIMADO R\$
2	1	Relatório de Diagnóstico	Diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos na Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio de avaliações sistêmicas, a fim de que sejam identificadas possibilidades de melhoria do sistema de coleta seletiva, transporte e destinação final.	R\$ 51.000,00	R\$ 102.512,40
	1	Prognóstico (PGRS)	Prognóstico para a adequada gestão dos resíduos sólidos, oferecendo, ao final, proposições para ações de curto, médio e longo prazo.	R\$ 51.512,40	

A Proposta Técnica da empresa FRAL CONSULTORIA possui valor superior quando comparado com os valores das empresas EVOLUE e SCON AMBIENTAL, mas, conforme a metodologia aplicada, obteve-se a MEDIANA como menor preço, o que tornou indiferente o alto valor da proposta cedida pela empresa FRAL.

Foram enviados e-mails para diversas fornecedoras que atuam no ramo deste Projeto Básico. Somente as três empresas citadas abaixo responderam a solicitação de proposta para o objeto. Conforme se consolidou no âmbito das Cortes de Contas, é necessário estimar no mínimo três orçamentos elaborados por fornecedores que atuam no ramo deste objeto. De acordo com este entendimento, é viável a aceitabilidade do orçamento da empresa FRAL.

ITEM	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO CONTRATANTE	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL DO ITEM	R\$ MÉDIO	R\$ MEDIANA	R\$ TOTAL
1	Diagnóstico da situação atual da gestão de resíduos sólidos na Polícia Militar do Distrito Federal, por intermédio de avaliações sistêmicas, a fim de que sejam identificadas possibilidades	EVOLUE	R\$ 34.341,60	1	R\$ 34.341,60	R\$ 121.780,53	R\$ 51.000,00	COM MEDIANA
		SCOM AMBIENTAL	R\$ 51.000,00		R\$ 51.000,00			
		FRAL CONSULTORIA	R\$ 280.000,00		R\$ 280.000,00			

de melhoria do sistema de coleta seletiva, transporte e destinação final.								
								RS 51.000,00

ITEM	DESCRIÇÃO	ÓRGÃO CONTRATANTE	R\$ UNITÁRIO	QTD	R\$ TOTAL DO ITEM	R\$ MÉDIO	R\$ MEDIANA	R\$ TOTAL
2	Prognóstico para a adequada gestão dos resíduos sólidos, oferecendo, ao final, proposições para ações de curto, médio e longo prazo.	SCOM AMBIENTAL	R\$ 34.000,00	1	R\$ 34.000,00	R\$ 115.170,80	51.512,40	COM MEDIANA
		EVOLUE	R\$ 51.512,40		R\$ 51.512,40			51.512,40
		FRAL CONSULTORIA	R\$ 260.000,00		R\$ 260.000,00			

**MARCELO DE ARAÚJO ALVES - TC QOPM**

Autor do Projeto Básico

**ANEXO “D”**

**DEMANDA**

**Unidades da Polícia Militar do DF a ser realizado o PGRS:**

1 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA

1.1	QUARTEL DO COMANDO GERAL
2 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
2.1	ANEXO AO QUARTEL DO COMANDO GERAL
3 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
3.1	DEPARTAMENTO DE GESTÃO DE PESSOAL - DGP
4 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
4.1	CENTRO MÉDICO
5 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
5.1	ACADEMIA DE POLÍCIA MILITAR DE BRASÍLIA
6 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
6.1	CENTRO DE PERÍCIAS E SAÚDE OCUPACIONAL
7 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
7.1	BATALHÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS (BOPE)
7.2	BATALHÃO DE POLICIAMENTO COM CÃES (BPCães)

7.3	BATALHÃO DE POLICIAMENTO DE CHOQUE
8 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
8.1	CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CAsO)
9 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
9.1	ALMOXARIFADO DO CENTRO DE MANUTENÇÃO
10 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
10.1	CCF – CENTRO DE CAPACITAÇÃO FÍSICA
11 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
11.1	CMT – COLÉGIO MILITAR TIRADENTES
12 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
12.1	DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - DEC
13 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)	BRASÍLIA
13.1	CENTRO ODONTOLÓGICO

14 – ENDEREÇO		CIDADE
SETOR DE ÁREAS ISOLADAS SUDOESTE – SAISO – ÁREA ESPECIAL 04 – ASA SUL (SETOR POLICIAL SUL)		BRASÍLIA
14.1	1º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
15 – ENDEREÇO		CIDADE
CLS 115/116 – BLOCO D – ASA SUL		BRASÍLIA
15.1	DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTENCIA AO PESSOAL (DSAP)	
16 – ENDEREÇO		CIDADE
QNG ÁREA ESPECIAL 1 LOTE 22		TAGUATINGA NORTE
16.1	ESCOLA DE FORMAÇÃO DE PRAÇAS (EsFP)	
17 – ENDEREÇO		CIDADE
SIA TRECHO 03 LOTES 2050/2060		SIA
17.1	DEPARTAMENTO DE CONTROLE E CORREIÇÃO (DCC)	
18 – ENDEREÇO		CIDADE
EQRSW2/3 – LOTE 04		SUDOESTE
18.1	CI – CENTRO DE INTELIGÊNCIA	
19 – ENDEREÇO		CIDADE
SCIA QD. 14 CONJUNTO 03 LOTE 04		ESTRUTURAL CIDADE DO AUTOMÓVEL
19.1	CENTRO DE MANUTENÇÃO (CMAN)	
20 – ENDEREÇO		CIDADE
GRANJA MODELO DO RIACHO FUNDO I A.E BR 060		RIACHO FUNDO I



20.1	COMANDO DE POLICIAMENTO MONTADO (CPMon)
20.2	CENTRO DE MEDICINA VETERINÁRIA
21 – ENDEREÇO	CIDADE
SGON QD 04 LOTE 09/10	BRASÍLIA
21.1	COMANDO DE POLICIAMENTO DE TRÂNSITO (CPTRAN)
22 – ENDEREÇO	CIDADE
DF 01 KM 0 REGIÃO DOS LAGOS	SOBRADINHO
22.1	BATALHÃO DE POLICIAMENTO RODOVIÁRIO (BPRv)
23 – ENDEREÇO	CIDADE
PRAÇA DO BOSQUE Nº 10	CANDANGOLÂNDIA
23.1	COMANDO DE POLICIAMENTO AMBIENTAL (CPAM)
24 – ENDEREÇO	CIDADE
PARQUE ECOLÓGICO DE ÁGUAS CLARAS	ÁGUAS CLARAS
24.1	BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR AMBIENTAL (BPMA)
25 – ENDEREÇO	CIDADE
QUADRA 15 ÁREA ESPECIAL INCRA 08	BRAZLANDIA
25.1	1º BATALHÃO DE POLICIAMENTO RURAL (1º BPR)
26 – ENDEREÇO	CIDADE
ESTAÇÃO ECOLÓGICA DE ÁGUAS EMENDADAS - ESECAE	PLANALTINA
26.1	2º BATALHÃO DE POLICIAMENTO RURAL (2º BPR)
27 – ENDEREÇO	CIDADE

LOTE 01 DF 480 SETOR DE MÚLTIPLAS ATIVIDADES DO GAMA IFB		GAMA
27.1	3º BATALHÃO DE POLICIAMENTO RURAL (3ºBPR)	
28 – ENDEREÇO		CIDADE
SAAN QD. 03 LOTE 1350		BRASÍLIA
28.1	3º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
28.2	24º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
29 – ENDEREÇO		CIDADE
SETOR DE GARAGENS E MANUTENÇÃO NORTE PROJEÇÃO L		BRASÍLIA
29.1	6º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
30 – ENDEREÇO		CIDADE
EQRSW 2/3 LOTE 03 SUDOESTE – CRUZEIRO - DF		CRUZEIRO
30.1	7º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
31 – ENDEREÇO		CIDADE
SRIA ÁREA ESPECIAL LOTE 10 MÓDULO A GUARÁ		GUARÁ
31.1	4º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
31.1	BATALHÃO DE AVIAÇÃO OPERACIONAL (BAVOP)	
32 – ENDEREÇO		CIDADE
SHIS QI 11 ÁREA ESPECIAL 02		LAGO SUL
32.1	5º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
33 – ENDEREÇO		CIDADE
QNB ÁREA ESPECIAL 08 AV. SANDÚ		TAGUATINGA

33.1	2º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
34 – ENDEREÇO		CIDADE
QUADRA 203 ÁREA ESPECIAL 01		SAMAMBAIA
34.1	11º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
35 – ENDEREÇO		CIDADE
AVENIDA SIBIPIRUNA LOTE 05		ÁGUAS CLARAS
35.1	17º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
35.1	COMANDO DE POLICIAMENTO ESCOLAR (CPEsc)	
36 – ENDEREÇO		CIDADE
SETOR CENTRAL ÁREA ESPEICIAL 01		ESTRUTURAL
36.1	15º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
37 – ENDEREÇO		CIDADE
QNN 06 ÁREA ESPECIAL		CEILÂNDIA
37.1	8º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
38 – ENDEREÇO		CIDADE
QES ÁREA ESPECIAL 07, 08 E 09		CEILÂNDIA
38.1	10º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
39 – ENDEREÇO		CIDADE
ÁREA ESPECIAL Nº 01 LOTE A SETOR NORTE		BRAZLANDIA
39.1	16º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
40 – ENDEREÇO		CIDADE
QUADRA CENTRAL ÁREA ESPECIAL Nº 2		SOBRADINHO

40.1	13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
41 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR NORTE ÁREA ESPECIAL 13	PLANALTINA
41.1	14º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
42 – ENDEREÇO	CIDADE
QUADRA 33 AREA ESPECIAL Nº 02 LOTE 05	PARANOÁ
42.1	20º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
43 – ENDEREÇO	CIDADE
QUADRA 201/202 ÁREA ESPECIAL 02 SETOR OESTE	SÃO SEBASTIÃO
43.1	21º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
44 – ENDEREÇO	CIDADE
SETOR SUL ÁREA ESPECIAL 02	GAMA
44.1	9º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
45 – ENDEREÇO	CIDADE
AE S/N AVENIDA ALAGADOS	SANTA MARIA
45.1	26º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
46 – ENDEREÇO	CIDADE
MSPW 6 CONJ. 2 ÁREA ESPECIAL – BRASÍLIA	NÚCLEO BANDEIRANTE
46.1	25º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR
47 – ENDEREÇO	CIDADE
EQ 111/306 CENTRO URBANO	RECANTO DAS

		EMAS
47.1	27º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
48 – ENDEREÇO		CIDADE
QN 5 ÁREA ESPECIAL		RIACHO FUNDO 1
48.1	28º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
49 – ENDEREÇO		CIDADE
SCIA QUADRA 14, CONJUNTO 1 LOTE 02		GUARÁ
49.1	ROTAM – RONDAS OSTENSIVAS TÁTICAS MOTORIZADAS	
50 – ENDEREÇO		CIDADE
DF 465, KM 02 COMPLEXO PENITENCIÁRIO FAZENDA PAPUDA		SÃO SEBASTIÃO
50.1	19º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR	
51 – ENDEREÇO		CIDADE
QL 06 ÁREA ESPECIAL LAGO SUL		LAGO SUL
51.1	BATALHÃO DE POLICIAMENTO TURÍSTICO (BPTur)	
52 – ENDEREÇO		CIDADE
PARQUE DA CIDADE SARAH KUBITSCHKE		BRASÍLIA
52.1	2º REGIMENTO DE POLÍCIA MONTADA (2º RPMon)	

**MARCELO DE ARAÚJO ALVES - TC QOPM**

Autor do Projeto Básico

## ANEXO “E”

### -NORMAS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEIS-

#### 14. - DAS NORMAS E LEGISLAÇÃO APLICÁVEIS

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS a ser elaborado pela CONTRATADA deverá seguir preferencialmente as normas brasileiras da ABNT que se referem a resíduos. Na falta de uma norma específica brasileira, ou de especificação de algum item na norma brasileira, poderá ser adotada outra norma internacional ou de outro país, desde que perfeitamente justificado o fato.

O Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS a ser elaborado pela CONTRATADA deverá observar a legislação ambiental e de transportes de materiais perigosos vigente, tanto no âmbito nacional como no âmbito do Distrito Federal e dos outros estados que porventura venham a ter interação com a execução do PGRS.

As normas brasileiras da ABNT que necessitam ser seguidas na elaboração do PGRS, no que cada uma tem pertinência, são: NBR 10004/87 Resíduos sólidos Classificação; NBR 10005/87 Lixiviação de resíduos – Procedimento; NBR 10006/87 Solubilização de resíduos – Procedimento; NBR 10007/87 Amostragem de resíduos – Procedimento; NBR 12235/87 Armazenamento de resíduos sólidos perigosos; NBR 7500 Transporte de produtos perigosos; NBR 7501/83 Transporte de cargas perigosas; NBR 7503/82 Ficha de emergência para transporte de cargas perigosas; NBR 7504/83 Envelope para transporte de cargas perigosas. Características e dimensões; NBR 8285/96 Preenchimento da ficha de emergência; NBR 8286/87 Emprego da simbologia para o transporte rodoviário de produtos perigosos; NBR 11174/89 Armazenamento de resíduos de classes II (não inertes) e III (inertes); NBR 13221/94 Transporte de resíduos – Procedimento; NBR 13463/95 Coleta de resíduos sólidos – Classificação; NBR 12807/93 Resíduos de serviço de saúde – Terminologia; NBR 12809/93 Manuseio de resíduos de serviços de saúde – Procedimentos; NR-25 Resíduos industriais; NBR 12.235/92 Armazenamento de Resíduos Sólidos Perigosos; NBR 7.500/00 Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de materiais; NBR 10.157/87 Aterros de resíduos perigosos – Critérios para projetos, construção e operação; NBR 8.418/83 Apresentação de projetos de aterros de resíduos industriais perigosos; NBR 12235/92 Armazenamento de resíduos sólidos perigosos; NBR 13853/97 Coletores para resíduos de serviços de saúde perfurantes ou cortantes - Requisitos e métodos de ensaio; NBR 14725/01 Ficha de informações de segurança de produtos químicos – FISPQ; e NBR 11.175/90 Incineração de resíduos sólidos perigosos – Padrões de desempenho (antiga NB 1265). Além da Lei Nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, e do Decreto Nº 7.404, de 23 de dezembro de 2010, os seguintes documentos devem se constituir em legislação que deverá ser obedecida, em função da estrutura final do Plano de Gerenciamento Integrado de Resíduos - PGRS a ser elaborado: Resolução CONTRAN Nº 404, que classifica a periculosidade das mercadorias a serem transportadas; Resolução CONAMA Nº 06/88, que dispõe sobre a geração de resíduos nas atividades industriais; Resolução CONAMA Nº 05/93, que estabelece normas relativas aos resíduos sólidos oriundos de serviços de saúde, portos, aeroportos, terminais ferroviários e rodoviários; a Resolução CONAMA Nº 275/01, que traz a simbologia dos resíduos; a Resolução CONAMA Nº 316/02, que dispõe sobre procedimentos e critérios para o funcionamento de sistemas de tratamento térmico de resíduos; a Resolução CONAMA Nº 09/93, que dispõe sobre uso, reciclagem, destinação re-refino de óleos lubrificantes; a Resolução CONAMA nº 257/99, que estabelece que pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, tenham os procedimentos de reutilização, reciclagem, tratamento ou disposição final ambientalmente adequados; a Resolução CONAMA Nº 283/01, que dispõe sobre o tratamento e destinação final dos RSS; a Portaria MINTER Nº 53/79, que dispõe sobre o destino e tratamento de resíduos; o Decreto Federal Nº 96.044/88, que regulamenta o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos; a Portaria INMETRO Nº 221/91, que aprova o Regulamento Técnico "Inspeção em equipamentos destinados ao transporte de produtos perigosos a granel não incluídos em outros regulamentos".

No que concerne aos resíduos de serviços de saúde gerados no âmbito da Polícia Militar do Distrito Federal, o PGRS deverá obedecer a Resolução da Diretoria Colegiada Nº 306, de 07 de dezembro de 2004, da ANVISA, que dispõe sobre o regulamento técnico para gerenciamento de resíduos de serviços de saúde, a Resolução CONAMA n. 358, de 29 de abril de 2005, que dispõe sobre o tratamento e disposição final resíduos de serviços de saúde e dá outras providências, e as normas da ABNT NBR 7500/2000 – Símbolos de risco e manuseio para o transporte e armazenamento de material, NBR 9191/2000 – Sacos plásticos para acondicionamento de lixo – requisitos e métodos de ensaio, NBR 14652/2001 - Coletor-transportador rodoviário de resíduos de serviços de saúde; e NBR 12235/1992 – Armazenamento de resíduos sólidos perigosos.

Para o caso dos resíduos de construção civil, o PGRS deverá obedecer as Resoluções CONAMA Nº 307, de 05 de julho de 2002, e Nº 348, de 16 de agosto de 2004, além de seguir as normas da ABNT NBR 15112/2004 – Resíduos da construção civil e resíduos volumosos – Área de transbordo e triagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação, NBR 15113/2004 – Resíduos sólidos da construção civil e resíduos inertes – Aterros – Diretrizes para projeto, implantação e operação, NBR 15114 /2004 – Resíduos sólidos da construção civil – Áreas de reciclagem – Diretrizes para projeto, implantação e operação; NBR 15115/2004 – Agregados

reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Execução de camadas de pavimentação – Procedimentos, e NBR 15116/2004 – Agregados reciclados de resíduos sólidos da construção civil – Utilização em pavimentação e preparo de concreto sem função estrutural – Requisitos.

Ao abordar o planejamento dos resíduos radioativos, o PGRS deverá obedecer as seguintes normas da - CNEN - Comissão Nacional de Energia Nuclear: NE-3.01 - Diretrizes Básicas de Radioproteção; NN-3.03 - Certificação da qualificação de Supervisores de Radioproteção; NE-3.05 - Requisitos de Radioproteção e Segurança para Serviços de Medicina Nuclear; NE- 6.01 - Requisitos para o registro de Pessoas Físicas para o preparo, uso e manuseio de fontes radioativas; NE-6.02 - Licenciamento de Instalações Radiativas; e NE-6.05 - Gerência de Rejeitos em Instalações Radiativas.

**MARCELO DE ARAÚJO ALVES - TC QOPM**

Autor do Projeto Básico

## **ANEXO II**

### **MODELO DECLARAÇÃO DE QUE NÃO EMPREGA MENOR**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, em conformidade com o previsto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal/88, que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) menor (es) de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

## **ANEXO III**

### **MODELO DECLARAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE EM CONDIÇÕES DE USUFRUIR O TRATAMENTO FAVORECIDO PREVISTO NA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre os requisitos legais para a qualificação como microempresa ou empresa de pequeno porte e que está apta a usufruir do tratamento favorecido, nas condições do Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, instituído pela Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, em especial quanto ao seu art. 3º, e que não se enquadra nas situações relacionadas no §4º do referido artigo.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
Representante Legal

Cargo

## **ANEXO IV**

### **MODELO DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**



A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no artigo 2º da Lei Distrital 4.770, de 22 de fevereiro de 2012, que receberá, sem nenhum custo para a CONTRATANTE, bens, embalagens, recipientes ou equipamentos inservíveis e não reaproveitáveis pela administração pública, provenientes do objeto do Pregão nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_ – PMDF, e que dará o destino legalmente estabelecido para a deposição e o tratamento adequados de dejetos e resíduos.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

#### ANEXO V

#### DECLARAÇÃO DE QUE CUMPRE OS REQUISITOS DO EDITAL

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA para fins do disposto no § 2º do artigo 21 do Decreto Federal nº 5.450/2005, de 31 de maio de 2005, que cumpre plenamente todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências no Edital do Pregão Eletrônico nº \_\_\_\_/20\_\_\_\_.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

#### ANEXO VI

#### DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA E FATOS IMPEDITIVOS

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA a inexistência de ocorrências impeditivas à participação na licitação, e afirma que está ciente quanto à obrigatoriedade de informar ocorrências posteriores, nos termos do art. 32, § 2º, da Lei nº 8666/1993.

\_\_\_\_\_  
Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

**ANEXO VII****(SOMENTE PARA EMPRESAS COM 100 OU MAIS EMPREGADOS)****DECLARAÇÃO DE RESERVA DE VAGAS PARA PNE**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, sediada no endereço \_\_\_\_\_, telefone/fax nº \_\_\_\_\_, por intermédio do seu representante legal Sr(a). \_\_\_\_\_, portador(a) da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_, DECLARA que cumpre os requisitos contidos no Art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, reservando cargos aos portadores de deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade..

Local e Data

\_\_\_\_\_  
[Nome do Representante Legal da Empresa]

Cargo

**ANEXO VIII****MINUTA DE CONTRATO****MINUTAS DE CONTRATO CONFORME O****DECRETO Nº 23.287, DE 17 DE OUTUBRO DE 2002.**

Contrato de Prestação de Serviços nº \_\_\_\_/\_\_\_\_ - \_\_\_\_, nos termos do Padrão nº 01/2002. Processo nº \_\_\_\_\_.

**Cláusula Primeira – Das Partes**

O Distrito Federal, por meio de \_\_\_\_\_, representado por \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_, com delegação de competência prevista nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal e \_\_\_\_\_, doravante denominada Contratada, CGC nº \_\_\_\_\_, com sede em \_\_\_\_\_, representada por \_\_\_\_\_, na qualidade de \_\_\_\_\_.

**Cláusula Segunda – Do Procedimento**

O presente Contrato obedece aos termos do Edital de \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ (fls. \_\_\_\_\_), da Proposta de fls. \_\_\_\_\_ e da Lei nº 8.666/2018.

**Cláusula Terceira – Do Objeto**

O Contrato tem por objeto a prestação de serviços de \_\_\_\_\_, consoante especifica o Edital de \_\_\_\_\_ nº \_\_\_\_\_ (fls. \_\_\_\_\_) e a Proposta de fls. \_\_\_\_\_, que passam a integrar o presente Termo.

**Cláusula Quarta – Da Forma e Regime de Execução**

O Contrato será executado de forma \_\_\_\_\_, sob o regime de \_\_\_\_\_, segundo o disposto nos arts. 6º e 10º da Lei nº 8.666/2018.

**Cláusula Quinta – Do Valor**

O valor total do contrato é de \_\_\_\_\_ (\_\_\_\_\_), procedente do Orçamento do Distrito Federal para o corrente exercício, nos termos da correspondente Lei Orçamentária Anual.

**Cláusula Sexta – Da Dotação Orçamentária**

6.1 – A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: I – Unidade Orçamentária: II – Programa de Trabalho: III – Natureza da Despesa: IV – Fonte de Recursos:

6.2 – O empenho inicial é de \_\_\_\_\_ ( \_\_\_\_\_), conforme Nota de Empenho nº \_\_\_\_\_, emitida em \_\_\_\_\_, sob o evento nº \_\_\_\_\_, na modalidade \_\_\_\_\_.

Cláusula Sétima – Do Pagamento O pagamento será feito, de acordo com as Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil do Distrito Federal, em parcela (s), mediante a apresentação de Nota Fiscal, liquidada até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias de sua apresentação, devidamente atestada pelo Executor do Contrato.

Cláusula Oitava – Do Prazo de Vigência

O contrato terá vigência desde a sua assinatura até \_\_\_\_\_.

Cláusula Nona – Das garantias

A garantia para a execução do Contrato será prestada na forma de \_\_\_\_\_, conforme previsão constante do Edital.

Cláusula Décima – Da responsabilidade do Distrito Federal

O Distrito Federal responderá pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo e de culpa.

Cláusula Décima Primeira – Das Obrigações e Responsabilidades da Contratada

11.1 – A Contratada fica obrigada a apresentar, ao Distrito Federal: I – até o quinto dia útil do mês subsequente, comprovante de recolhimento dos encargos previdenciários, resultantes da execução do Contrato; II – comprovante de recolhimento dos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais.

11.2 – Constitui obrigação da Contratada o pagamento dos salários e demais verbas decorrentes da prestação de serviço.

11.3 – A Contratada responderá pelos danos causados por seus agentes.

11.4 – A Contratada se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

Cláusula Décima Segunda – Da Alteração Contratual

12.1 – Toda e qualquer alteração deverá ser processada mediante a celebração de Termo Aditivo, com amparo no art. 65 da Lei nº 8.666/93, vedada a modificação do objeto.

12.2 – A alteração de valor contratual, decorrente do reajuste de preço, compensação ou penalização financeira, prevista no Contrato, bem como o empenho de dotações orçamentárias, suplementares, até o limite do respectivo valor, dispensa a celebração de aditamento.

Cláusula Décima Terceira – Das Penalidades

O atraso injustificado na execução, bem como a inexecução total ou parcial do Contrato sujeitará a Contratada à multa prevista no Edital, descontada da garantia oferecida ou judicialmente, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87, da Lei nº 8.666/93, facultada ao Distrito Federal, em todo caso, a rescisão unilateral.

Cláusula Décima Quarta – Da Dissolução

O Contrato poderá ser dissolvido de comum acordo, bastando, para tanto, manifestação escrita de uma das partes, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, sem interrupção do curso normal da execução do Contrato.

Cláusula Décima Quinta – Da Rescisão

Parágrafo Primeiro - O Contrato poderá ser rescindido por ato unilateral da Administração, reduzido a termo no respectivo processo, na forma prevista no Edital, observado o disposto no art. 78 da Lei nº 8.666/93, sujeitando-se a Contratada às consequências determinadas pelo art. 80 desse diploma legal, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

Parágrafo segundo - O contrato será rescindido com a aplicação de multa se confirmado o uso de mão de obra infantil no processamento, transporte, ou qualquer fase produtiva do bem, sem prejuízo de outras sanções legais cabíveis. (Lei Distrital nº 5.061 de 08.03.2013 – Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF)

Cláusula Décima Sexta – Dos débitos para com a Fazenda Pública

Os débitos da Contratada para com o Distrito Federal, decorrentes ou não do ajuste, serão inscritos em Dívida Ativa e cobrados mediante execução na forma da legislação pertinente, podendo, quando for o caso, ensejar a rescisão unilateral do Contrato.

**Cláusula Décima Sétima – Do Executor**

O Distrito Federal, por meio de \_\_\_\_\_, designará um Executor para o Contrato, que desempenhará as atribuições previstas nas Normas de Execução Orçamentária, Financeira e Contábil.

**Cláusula Décima Oitava - Da Publicação e do Registro**

A eficácia do Contrato fica condicionada à publicação resumida do instrumento pela Administração, na Imprensa Oficial, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, após o que deverá ser providenciado o registro do instrumento pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal.

**Cláusula Décima Nona – Do combate à Corrupção**

Havendo irregularidades neste instrumento, entre em contato com a Ouvidoria de Combate à Corrupção, no telefone 0800-6449060. (Parecer nº 343/2016 – PRCON/PGDF)

Cláusula Vigésima - Do Foro Fica eleito o foro de Brasília, Distrito Federal, para dirimir quaisquer dúvidas relativas ao cumprimento do presente Contrato.

Brasília, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_

Pelo Distrito Federal:

Pela Contratada:

**ANEXO IX****DECRETO DF Nº 26.851, DE 30 DE MAIO DE 2006.**

Regula a aplicação de sanções administrativas previstas nas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos), e 10.520, de 17 de julho de 2002 (Lei do Pregão), e dá outras providências.

A GOVERNADORA DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 100, inciso VII, da Lei Orgânica do Distrito Federal, e tendo em vista o disposto nos artigos 81, 86, 87 e 88 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como o disposto no art. 68 da Lei Federal nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda, a centralização de compras instituída nos termos da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999, e as competências instituídas pela Lei Distrital nº 3.167, de 11 de julho de 2003, DECRETA:

**CAPÍTULO I****DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS****SEÇÃO I****Disposições Preliminares**

Art. 1º A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e no art. 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, obedecerá, no âmbito da Administração Direta, Autárquica, Fundacional e das Empresas Públicas do Distrito Federal, às normas estabelecidas neste Decreto. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As disposições deste Decreto aplicam-se também aos ajustes efetuados com dispensa e inexigibilidade de licitação, nos termos do que dispõe a legislação vigente, e ainda às licitações realizadas pelas Administrações Regionais, até o limite máximo global mensal estabelecido no art. 24, incisos I e II, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, nos termos do disposto no § 1º do art. 2º da Lei Distrital nº 2.340, de 12 de abril de 1999.

**SEÇÃO II****Das Espécies de Sanções Administrativas**

Art. 2º As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estão sujeitas às seguintes sanções: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Distrito Federal:

a) para a licitante e/ou contratada através da modalidade pregão presencial ou eletrônico que, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 5 (cinco) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

b) para as licitantes nas demais modalidades de licitação previstas na Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Parágrafo único. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

#### SUBSEÇÃO I

##### Da Advertência

Art. 3º A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

#### SUBSEÇÃO II

##### Da Multa

Art. 4º A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste artigo;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do

material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente;

V - até 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega. (Alteração dada pelo Decreto nº 35.831, publicado no DODF de 22/09/2014, p. 6).

§ 1º A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

§ 2º Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 3º O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

§ 4º Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias;

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

§ 5º A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no Parágrafo único do art. 2º e observado o princípio da proporcionalidade.

§ 6º Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do caput deste artigo.

§ 7º A sanção pecuniária prevista no inciso IV do caput deste artigo não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

Art. 4-A A multa de que trata o art. 4º deste Decreto será aplicada, nas contratações previstas na Lei Federal nº 12.232, de 29 de abril de 2010, nos seguintes percentuais: (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, até o limite de 9,9% (nove inteiros e nove décimos por cento), que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o montante das parcelas obrigacionais adimplidas em atraso, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias, não podendo ultrapassar o valor previsto para o inadimplemento completo da obrigação contratada; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

III - 1% (um por cento) do valor do contrato em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o termo contratual dentro do prazo estabelecido pela Administração; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

IV - 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, em caso de rescisão contratual; (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

V - até 1% (um por cento) sobre o valor do contrato que reste executar ou sobre o valor da dotação orçamentária que reste executar, o que for menor, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, respeitado o disposto nos incisos I e II. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 36.974, publicado no DODF de 14/12/2015, p. 7).

### SUBSEÇÃO III

#### Da Suspensão

Art. 5º A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração, e, se aplicada em decorrência de licitação na modalidade pregão, ainda suspende o registro cadastral da licitante e/ou contratada no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, instituído pelo Decreto nº 25.966, de 23 de junho de 2005, e no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF, de acordo com os prazos a seguir: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, ou pelo órgão integrante do Sistema de Registro de Preços, a licitante e/ou contratada permanecer inadimplente; (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

II - por até 90 (noventa) dias, em licitação realizada na modalidade pregão presencial ou eletrônico, quando a licitante deixar de entregar, no prazo estabelecido no edital, os documentos e anexos exigidos, quer por via fax ou internet, de forma provisória, ou, em original ou cópia autenticada, de forma definitiva; (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, na modalidade pregão, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato;

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- c) receber qualquer das multas previstas no artigo anterior e não efetuar o pagamento. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 1º São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;

II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 2º A penalidade de suspensão será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - se aplicada pela Subsecretaria de Compras e Licitações - SUCOM, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços, implicará na suspensão, por igual período, perante todos os órgãos/entidades subordinados à Lei Distrital no 2.340, de 12 de abril de 1999, e alterações posteriores;

II - se aplicada pelo ordenador de despesas do órgão contratante e/ou participante do Sistema de Registro de Preços, na hipótese do descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato, implicará na suspensão perante o órgão sancionador.

§ 3º O prazo previsto no inciso IV poderá ser aumentado para até 05 (cinco) anos, quando as condutas ali previstas forem praticadas no âmbito dos procedimentos derivados dos pregões.

### SUBSEÇÃO IV

#### Da Declaração de Inidoneidade

Art. 6º A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Secretário de Estado ou autoridade equivalente do órgão de origem, à vista dos motivos informados na instrução processual. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º A declaração de inidoneidade prevista neste artigo permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 2º A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Diário Oficial do Distrito Federal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Distrito Federal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

## CAPÍTULO II

### DAS DEMAIS PENALIDADES

Art. 7º As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Distrito Federal, administrado pela Subsecretaria de Compras e Licitações, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do art. 6º deste Decreto

III - aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Inciso revogado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Parágrafo único. Aplicam-se a este artigo as disposições dos §§ 2º e 3º do art. 5º deste Decreto. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 8º As sanções previstas nos arts. 5º e 6º poderão também ser aplicadas às empresas ou profissionais que, em razão dos contratos regidos pelas Leis Federais nos 8.666, de 21 de junho de 1993 ou 10.520, de 17 de julho de 2002: (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos, visando frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrarem não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados.

## CAPÍTULO III

### DO DIREITO DE DEFESA

Art. 9º É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 1º O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

§ 2º Na contagem dos prazos estabelecidos neste Decreto, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário. (Alteração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 3º Os prazos referidos neste artigo só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2) (Parágrafo revogado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

§ 4º Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial do



Distrito Federal, devendo constar: (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

I - a origem e o número do processo em que foi proferido o despacho;

II - o prazo do impedimento para licitar e contratar;

III - o fundamento legal da sanção aplicada;

IV - o nome ou a razão social do punido, com o número de sua inscrição no Cadastro da Receita Federal.

§ 5º Após o julgamento do(s) recurso(s), ou transcorrido o prazo sem a sua interposição, a autoridade competente para aplicação da sanção providenciará a sua imediata divulgação no sítio [www.fazenda.df.gov.br](http://www.fazenda.df.gov.br), inclusive para o bloqueio da senha de acesso ao Sistema de Controle e Acompanhamento de Compra e Licitações e Registro de Preços do Distrito Federal – e-compras, e aos demais sistemas eletrônicos de contratação mantidos por órgãos ou entidades da Administração Pública do Distrito Federal. (Renumeração dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

§ 6º Ficam desobrigadas do dever de publicação no Diário Oficial do Distrito Federal as sanções aplicadas com fundamento nos arts. 3º e 4º deste Decreto, as quais se formalizam por meio de simples apostilamento, na forma do art. 65, §8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

#### CAPÍTULO IV

##### DO ASSENTAMENTO EM REGISTROS

Art. 10. Toda sanção aplicada será anotada no histórico cadastral da empresa.

Parágrafo único. As penalidades terão seus registros cancelados após o decurso do prazo do ato que as aplicou.

#### CAPÍTULO V

##### DA SUJEIÇÃO A PERDAS E DANOS

Art. 11. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas por este Decreto, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

#### CAPÍTULO VI

##### DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 12. Os instrumentos convocatórios e os contratos deverão fazer menção a este Decreto, ressalvados os casos em que o objeto exija penalidade específica. (Alteração dada pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 13. As sanções previstas nos arts. 3º, 4º e 5º deste Decreto serão aplicadas pelo ordenador de despesas do órgão contratante, inclusive nos casos em que o descumprimento recaia sobre o contrato oriundo do Sistema de Registro de Preços. (Acréscimo dada pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2).

Art. 14. Os prazos referidos neste Decreto só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade. (Acréscimo dado pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 15. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Art. 16. Revogam-se as disposições em contrário. (Renumerações dadas pelo Decreto nº 26.993, publicado no DODF de 13/07/2006, p. 2 e pelo Decreto nº 27.069, publicado no DODF de 15/08/2006, p. 1).

Brasília, 30 de maio de 2006.

118º da República e 47º de Brasília



Documento assinado eletronicamente por **STEFANO ENES LOBÃO - CEL QOPM, Matr.0050299-5, Chefe do Departamento de Logística e Finanças**, em 14/08/2019, às 19:08, conforme art. 6º do Decreto nº 36.756, de 16 de setembro de 2015, publicado no Diário Oficial do Distrito Federal nº 180, quinta-feira, 17 de setembro de 2015.

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:



[http://sei.df.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
[acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.df.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0)  
verificador= **26020524** código CRC= **953B4912**.

---

"Brasília - Patrimônio Cultural da Humanidade"

SPO A/E 04 Setor Policial Sul - Bairro Asa Sul - CEP 70610200 - DF

3190 5554

---

0054-002495/2017

Doc. SEI/GDF 26020524